



**FEP** FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

**FILANTROPIA EMPRESARIAL E A  
RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS  
PORTUGUESAS**

por

Pedro Henrique de Oliveira Albuquerque

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Economia e Gestão  
do Ambiente pela Faculdade de Economia do Porto

Orientada por:

Prof<sup>a</sup>. Doutora Maria da Conceição Pereira Ramos

2015

## **Nota Biográfica**

Pedro Henrique de Oliveira Albuquerque, nasceu na cidade do Porto a 20 de Junho de 1983.

Licenciado pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto em Setembro de 2010, iniciou o Mestrado de Economia e Gestão do Ambiente em 2012.

Iniciou a atividade profissional em Novembro de 2010 no banco BNP Paribas Personal Finance, onde começou na função de apoio ao Departamento de Operações do banco, nas suas operações correntes. Em Janeiro de 2011, foi convidado a integrar o departamento como Analista de Crédito, cargo que ocupou até Outubro de 2012, altura em que deixou a empresa.

Em Setembro de 2012, quando ainda estava empregado, iniciou o Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente na Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Em Novembro de 2013 iniciou uma nova etapa profissional na Viagens Abreu, no Departamento Abreu Online, como *Data Entry Operator*, função onde permaneceu até Janeiro de 2015. Em Fevereiro do mesmo ano começou a trabalhar na Infineon Technologies Shared Services Centre como *Accounts Payable* onde permanece atualmente.

# FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

À minha mãe

Maria Cândida de Oliveira Albuquerque

À minha namorada

Rita Barbosa

## **Agradecimentos**

Quero deixar um agradecimento especial à minha mãe pelo apoio que me foi dado durante estes dois anos em que frequentei o Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente.

À minha namorada, pelo apoio que me deu para concorrer e frequentar o Mestrado.

Um agradecimento à minha orientadora, Professora Maria da Conceição Ramos, pelo apoio, pela motivação que me foi dando, pela preocupação e aconselhamento durante estes meses que passaram.

Um agradecimento aos meus amigos por estarem sempre presentes.

# FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

## **Resumo**

O objetivo desta dissertação foi verificar como se processam os donativos de empresas portuguesas cotadas em Bolsa, através da análise dos seus Relatórios e Contas disponibilizados, durante o período de 2001 até 2013.

Pretende-se verificar se existe alguma correlação entre os donativos que as empresas oferecem com o número de desempregados, com as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto de Portugal ou com as Taxas de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas que se praticam em Portugal.

É, igualmente, feita uma análise à formação académica dos Presidentes das Comissões Executivas (CEO's) das empresas analisadas na tentativa de encontrar uma correlação entre a sua formação e a sua propensão para investir socialmente na comunidade através das empresas que chefiam.

Os resultados e a sua análise posterior irão permitir verificar se existe uma correlação entre as taxas de imposto, taxas e crescimento da economia e taxas de desemprego e os donativos efetuados ao longo dos anos analisados para esta dissertação.

# FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

## **Abstract**

The purpose of this dissertation was to check how the donations those Portuguese major companies are done, through the analysis of their reports available to the public during the period of 2001 to 2013.

It is intended to verify if there is any link between the donation those same companies make with the unemployment rate, growth rate of Portugal or tax on companies.

It is also made an analysis on the academic curriculum of the CEOs and how is that linked with the donations their companies make to the community.

The results and their analysis will allow us to verify if there is a link between the taxes, growth rates and unemployment rates and the donation made throughout the years that this dissertation analysis.

# FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

## Índice

Nota Biográfica.....	i
Agradecimentos .....	iii
Resumo .....	iv
Abstract.....	v
Índice de Figuras.....	viii
Índice de Quadros .....	x
Índice de Acrónimos.....	xi
Introdução .....	1
1. Revisão Teórica.....	2
1.1. Conceito de Responsabilidade Social .....	2
1.2. Responsabilidade Social em Portugal .....	3
1.3. Filantropia .....	4
1.4. As Fundações em Portugal.....	6
2. Metodologia.....	8
3. A Economia Portuguesa – Breve Visão Geral no Século XXI .....	10
3.1. Imposto sobre os Rendimentos de Pessoas Coletivas .....	10
3.2. Produto Interno Bruto Português .....	12
3.3. Taxa de Desemprego.....	15

# FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

4.	Tecido Empresarial Português e o IRC .....	18
4.1.	Os Impostos sobre Empresas em Portugal .....	18
4.2.	Empresas Analisadas.....	19
4.3.	Tecido Empresarial Português .....	20
5.	Análise dos Dados Obtidos .....	22
5.1.	Dados económicos das empresas analisadas.....	22
5.2.	Relação dos Donativos com Fatores Económicos .....	33
5.3.	Análise Geográfica dos dados obtidos .....	36
5.4.	Análise Setorial dos dados obtidos .....	38
5.5.	Formação Académica dos CEOs.....	43
6.	Resultados.....	46
7.	Conclusões.....	48
	Referências Bibliográficas .....	50
	ANEXOS .....	58

## Índice de Figuras

Figura 1: Evolução da taxa de IRC em Portugal .....	11
Figura 2: Rating da Fitch da República Portuguesa de Dezembro de 2010 a Março de 2015 .....	13
Figura 3: Rating da Moody's da República Portuguesa de Maio de 2010 a Julho de 2014 .....	14
Figura 4: Rating da Standard & Poor's da República Portuguesa de Novembro de 2011 a Setembro de 2015 .....	14
Figura 5: Taxa de desemprego na União Europeia em Julho de 2015 .....	15
Figura 6: Evolução da taxa de desemprego em Portugal de 2001 a 2012 .....	16
Figura 7: Comparação entre a taxa de crescimento do PIB e a taxa de desemprego em Portugal.....	17
Figura 8: Comparação entre volume de negócios e donativos do BCP.....	22
Figura 9: Comparação entre volume de negócios e donativos do BES .....	23
Figura 10: Comparação entre volume de negócios e donativos do BPI.....	24
Figura 11: Comparação entre volume de negócios e donativos da EDP .....	25
Figura 12: Comparação entre volume de negócios e donativos da Galp.....	26
Figura 13: Comparação entre volume de negócios e donativos da Mota-Engil .....	27
Figura 14: Comparação entre volume de negócios e donativos da Portucel .....	28
Figura 15: Comparação entre volume de negócios e donativos da PT.....	29
Figura 16: Comparação entre volume de negócios e donativos da Semapa.....	30

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

Figura 17: Comparação entre volume de negócios e donativos da Sonae.....	31
Figura 18: Comparação entre volume de negócios e donativos da ZON .....	32
Figura 19: Comparação entre volume de negócios e donativos das empresas analisadas .....	33
Figura 20: Comparação entre taxa de crescimento do PIB e donativos das empresas analisadas .....	34
Figura 21: Comparação entre a evolução da taxa do IRC e donativos das empresas analisadas .....	35
Figura 22: Comparação entre a evolução da taxa de desemprego e donativos das empresas analisadas .....	36
Figura 23: Comparação dos donativos das cidades sede das empresas analisadas .....	38
Figura 24: Comparação dos donativos por setor das empresas analisadas.....	39
Figura 25: Comparação dos donativos por setor e da evolução do desemprego .....	40
Figura 26: Comparação dos donativos por setor e da evolução da taxa de crescimento do PIB .....	41
Figura 27: Comparação dos donativos por setor e da evolução da taxa de crescimento do PIB .....	42
Figura 28: Comparação dos donativos por setor e da evolução da taxa de crescimento do PIB .....	43
Figura 29: Comparação dos donativos por Formação Académica .....	44

## **Índice de Quadros**

Quadro 1: Distribuição das Fundações segundo o Regime Legal .....	7
Quadro 2: Lista de empresas do PSI-20 analisadas .....	8
Quadro 3: Comparação entre cidades que são sede das empresas analisadas .....	37
Anexo 1 - Volume de Negócios e Donativos efetuados pelas empresas analisadas de 2001 a 2013.....	58
Anexo 2 – Formação académica dos CEO's das empresas analisadas entre 2001 e 2013.....	60

## **Índice de Acrónimos**

BES – Banco Espírito Santo

BCE – Banco Central Europeu

BCP – Banco Comercial Português

BPI – Banco Português de Investimento

CE – Comissão Europeia

CEO – *Chief Executive Office*

EBF – Estatuto dos Benefícios Fiscais

EDP – Energias de Portugal

IRC – Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas

PIB – Produto Interno Bruto

PT – Portugal Telecom

ONU – Organização das Nações Unidas

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

SAD – Sociedade Anónima Desportiva

S&P – Standard & Poor

EU – União Europeia

## **Introdução**

Nos últimos 25 anos tem havido um aumento na atividade filantrópica de diversos setores da economia.

O que se conhece sobre os donativos à comunidade por parte das empresas? A educação é a instituição pública mais crítica na formação de indivíduos numa sociedade moderna. Como tal, a educação passou a ser o foco e a maior prioridade das ações filantrópicas das empresas. No entanto, existem empresas que preferem centrar o seu foco noutras áreas no que toca a distribuir as suas doações, como a Cultura, Desporto ou Saúde.

Esta Dissertação de Mestrado explora os fatores que levam as empresas a contribuir para a sociedade em que estão inseridas através de donativos ou doações. Será efetuada uma tentativa de descodificar a relação entre os donativos efetuados pelas empresas analisadas e dados económicos recolhidos no mesmo período de tempo, de 2001 a 2013.

Na primeira parte da dissertação, foi efetuada uma revisão teórica sobre a Responsabilidade Social Empresarial, a Responsabilidade Social em Portugal e a Filantropia. De seguida, foi efetuada uma breve análise à economia portuguesa no século XXI e do tecido empresarial português.

Na segunda parte da dissertação, foi efetuada uma recolha de dados das empresas, os seus volumes de negócios, donativos efetuados e quais os estudos dos seus CEO's ao longo dos anos. Outros dados recolhidos foram dados económicos, como a Taxa de Desemprego, Taxa de Crescimento do PIB português, evolução da Taxa de IRC. De seguida, foram efetuadas várias relações entre estes dados na tentativa de desvendar uma relação direta entre os mesmos. Os resultados são apresentados nas páginas 46 e 47 da dissertação, seguindo-se no final uma conclusão da mesma.

## 1. Revisão Teórica

### 1.1. Conceito de Responsabilidade Social

O atual modelo de desenvolvimento da economia assenta na precursão do lucro. As empresas incentivam os seus colaboradores a tomarem cada vez mais riscos para a obtenção do lucro fácil e duradouro. Como tal, a competitividade tem aumentado, já não só entre empresas, mas entre setores, cidades e países. Isto coloca desafios enormes à sociedade moderna onde nos encontramos. O desemprego na Europa desde os anos 90 começa a crescer significativamente, as desigualdades sociais aumentam cada vez mais deixando os ricos mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Estes desafios colocam os Estados numa posição de terem de aumentar a sua despesa na rubrica de proteção social, não só nas pensões como nos subsídios de desemprego, ajudas à economia (Ferrera, Hemerijck & Rhodes, 2000).

Para Ramos (2007), responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com os públicos com que se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade. Favreau e Lévesque (1986, cit. in Paixão, 1998) aponta duas perspetivas teóricas que divergem no que toca à economia social. Uma, de neoliberalismo, sendo a outra centrada na redefinição das relações entre a economia e a sociedade. O neoliberalismo entende a economia social como uma ajuda para a exclusão social como uma consequência do próprio funcionamento da economia que propaga. A segunda procura valorizar o poder dos cidadãos e a democratização da economia e da sociedade, sendo que a economia social é concebida como uma forma de organização económica.

Aguilera *et al.* (2007) distinguem três tipos de motivos para efetuar ações de responsabilidade social. Motivos instrumentais, quando a RSE é diretamente relacionada a uma maior competitividade da própria empresa. Motivos relacionais, ou seja, como as ações da empresa são vistas por outros. Por último, motivos morais, quando as ações são para melhorar a sociedade em que está inserida através da moralidade daqueles que estão na empresa inserida.

# FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

Não existem muitos estudos sobre a relação entre o comportamento fiscal das empresas e a responsabilidade social das mesmas. Os poucos que existem sugerem resultados mistos. Estudos sugerem que empresas que são tidas como socialmente responsáveis são fiscalmente agressivas, isto é, optam por efetuar donativos mediante os benefícios fiscais que podem obter por esses mesmos donativos (Huseynov e Klamm, 2012; Preuss, 2010, 2012), enquanto outros concluem o contrário (Lanis e Richardson, 2012, 2014; Muller e Kolk, 2012).

## 1.2. Responsabilidade Social em Portugal

O estado da responsabilidade social empresarial em Portugal é caracterizado por Neves e Bento (2005) como incipiente. Situação explicada pela atitude passiva e a baixa prioridade dada pelos departamentos responsáveis pelas ações de RSE. A situação, no entanto, tem vindo a alterar-se desde 2001. Uma série de eventos em Portugal levou à promoção da RSE. Pinto (2007) sugeriu que Portugal viu um *boom* desde Março de 2000, com a aprovação por parte do Conselho Europeu da Agenda Lisboa 2000.

O Estado-Social em Portugal como o conhecemos, foi completado pelas redes de relações familiares e sociais, quando este se tornou insuficiente para dar resposta a todos os pedidos de uma sociedade cada vez mais empobrecida (Santos e Ferreira, 2001). A política social em Portugal é suportada pela Segurança Social e por organizações particulares designadas por Instituições Particulares de Segurança Social (IPSS). A Constituição da República Portuguesa no seu Artigo 63º Segurança Social e Solidariedade, refere que todos os cidadãos têm direito à segurança social. Como tal, esta é uma obrigação do Estado Português para com os seus cidadãos. Cabe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de Segurança Social, protegendo os seus cidadãos na “doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta de meios de subsistência ou capacidade para o trabalho”. Como o Estado Português não possui recursos suficientes, mais recentemente pela crise económico-financeira, a Igreja Católica e as IPSS tem substituído o Estado na sua função social. As ações sociais das IPSS estão sujeitas a enquadramento legal que se aplica igualmente às organizações com fins lucrativos. O Artigo 64º da Constituição da República Portuguesa refere o direito à criação das IPSS.

# FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

O Livro Verde da Comissão Europeia da Responsabilidade Social Empresarial contribuiu para a compreensão das empresas portuguesas da importância da adoção de práticas de RSE. Outro contributo essencial foi o desenvolvimento da ISO26000, que define o modo de como as empresas devem se comportar para a contribuição do bem-estar da sociedade onde estão inseridas<sup>1</sup>. O Instituto Português da Qualidade, em 2008, desenvolveu a NP4469 – Sistema de Gestão de Responsabilidade Social, que é aplicável a todas as organizações que operem em diferentes condições<sup>2</sup>.

Em outubro de 2001, foi fundado pela CIMPOR, Portucel, SONAE e mais 33 outras empresas, o BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de uma organização com cerca de 90 membros, que tem como objetivos principais divulgar os princípios que caracterizam o desenvolvimento sustentável, articulando a cooperação entre a comunidade empresarial, governos e sociedade civil, promover ações educacionais e de formação para a divulgação dos princípios do desenvolvimento sustentável. Estas empresas representam 38% do PIB nacional. Por sua vez na rede global, World Business Council for Sustainable Development, conta com a participação das empresas portuguesas Brisa, EDP, Portucel e SONAE.<sup>3</sup>

## 1.3. Filantropia

Payton (1988), um dos fundadores do estudo académico da filantropia, define-a como “a ação voluntária para o bem público”. Uma definição mais ampla é, a contribuição voluntária de bens, dinheiro, tempo ou conhecimentos por indivíduos ou organizações para o benefício do bem público (Giving in The Netherlands, 2009).

O propósito da filantropia é o alívio da pobreza, ajudar os doentes e idosos, melhoria das condições na educação, saúde ou artes. Desde o início dos tempos, a filantropia teve um papel principal na tradição judia-cristã da Europa. Na Idade Média,

---

<sup>1</sup> International Organization for Standardization, <http://www.iso.org/iso/iso26000>, acedido em 21/09/2015.

<sup>2</sup> Instituto Português da Qualidade, <http://www.ipq.pt/custompage.aspx?pagid=4290>, acedido em 21/09/2015.

<sup>3</sup> BCSD Portugal – Quem Somos. [www.bcsdportugal.org/bcsd-portugal/quem-somos](http://www.bcsdportugal.org/bcsd-portugal/quem-somos), acedido em 21/09/2015.

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

as esmolas eram um caminho para a redenção e a vida eterna (de Swaan, 1988). No século XVI e XVII, na Holanda, foram fundadas várias casas de esmolas, casa de caridades, na Inglaterra e França visitaram essas casas de esmolas para tentar compreender esse tipo de filantropia. Em 1601, a Rainha Isabel I legislou a Lei da Caridade para proteger as doações para combater a pobreza, combate à fraude na educação e assegurar que essas mesmos donativos chegavam ao seu destino. O combate à pobreza na Europa era visto de como um mecanismo de estabilização da ordem social (Van Leeuwen, 2000). Mais tarde no século XIX, na era da industrialização, a filantropia ficou diretamente ligada à diferenciação do estatuto social de cada um. Adam (2004) afirma que a filantropia inclui o estabelecimento de fundações, a criação de organizações de membros para a criação e ajuda de museus e galerias de arte e a doação de dinheiro através de prendas.

A Europa Ocidental tem, como se pode verificar, uma história longa com a filantropia. Pode-se dizer que a filantropia é uma invenção europeia e não americana como se possa pensar (Adam, 2004). No século XX, no período pós-guerra, as responsabilidades em relação à pobreza, segurança social, saúde e educação passaram a fazer parte do Estado. Isso não significa que a filantropia morreu, simplesmente os Estados-Sociais podem ver a filantropia como um suplemento ou um complemento ao rendimento para o bem comum.

O economista Milton Friedman, no artigo de 1970 do New York Times, *“The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits”*, argumenta que a única “responsabilidade social de uma empresa é aumentar os seus lucros”. “Uma empresa é um instrumento dos acionistas. Se uma empresa faz uma contribuição, impede o acionista individual de decidir o que fazer ele próprio com esses fundos.” Segundo Friedman, se as contribuições devem ser feitas, então elas devem ser feitas pelos acionistas individuais e não pela empresa em si. Os objetivos económicos e sociais de uma empresa são distintos. As contribuições sociais de uma empresa são efetuadas às custas dos seus resultados económicos. Muitas dessas contribuições são efetuadas como um meio de melhorar a sua vantagem e contexto competitivo – a qualidade do ambiente empresarial no local onde se encontra inserido. O uso dos fundos na filantropia para melhorar a sua vantagem competitiva vai contra o que diz Friedman, pois o uso desses fundos empresariais deveriam melhorar a vantagem competitiva da empresa através de investimento, pesquisa

# FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

e desenvolvimento ao invés de o fazer através de contribuições à sociedade.

Para Schuyt (2010), o potencial da filantropia moderna deveria ser beneficiada da filantropia tradicional europeia. A filantropia deveria ser reconhecida como uma força económica e social com o potencial para melhorar a vitalidade da sociedade civil europeia. O compromisso dos cidadãos, organizações e fundações para o bem público deverá trazer um maior equilíbrio para os princípios da Revolução Francesa, “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

## **1.4. As Fundações em Portugal**

Pratas (2009, p. 252) define as Fundações como “pessoa coletiva cujo elemento fundamental é um conjunto de bens afetados de forma permanente à realização de determinada finalidade, de natureza altruísta”.

Em Portugal as Fundações são alvo de um regime jurídico. A Lei nº 24/2012, de 9 de julho, aprovou a Lei-Quadro das Fundações, que estabelece um novo regime jurídico para a criação, funcionamento, avaliação de desempenho e extinção das Fundações, sejam públicas ou privadas. Esta nova Lei, introduz, igualmente, alterações a alguns artigos do Código Civil. Uma inovação relativamente ao passado é a obrigatoriedade de apresentação de relatórios e contas, aprovados, bem como pareceres dos órgãos de fiscalização.

Em 2012, em Portugal, estavam registadas 410 Fundações, empregando 23.300 trabalhadores (SEAP, 2012). O Quadro 1, reflete as Fundações em Portugal pelo seu Regime Legal. As Fundações Públicas de Direito Privado, que representam 25% do total, são criadas por uma ou mais pessoas coletivas públicas ou com pessoas de direito privado e que detenham uma influência dominante sobre a Fundação. As Fundações Público-Privadas, que compreendem 5% das Fundações, são criadas em conjunto por uma ou mais pessoas coletivas públicas e por pessoas de direito privado, que não detenham influência dominante sobre a Fundação. No entanto, a maioria das Fundações em Portugal, no ano de 2012, eram Fundações Privadas, chegando aos 70%. São criadas por uma ou mais pessoas de direito privado. Os seus fundadores devem ser pessoas coletivas e com uma influência dominante na Fundação.

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

No direito Português, a personalidade jurídica de uma Fundação adquire-se por um ato jurídico pelo Primeiro-Ministro. O artigo 57º da Lei nº 24/2012 impede o Estado, Regiões Autónomas e outras pessoas coletivas públicas de criar novas Fundações públicas de direito privado.

**Quadro 1: Distribuição das Fundações segundo o Regime Legal**

Regime Legal	Total
Publicas de Direito Publico	0
Publicas de Direito Privado	99
Público-privadas	29
Privadas	282
<b>TOTAL</b>	<b>410</b>

**Fonte: SEAP (2012)**

As Fundações surgiram como uma forma de lidar com as necessidades complexas da realidade que as rodeia, num quadro de equilíbrio económico (Abreu *et al*, 2012). As empresas veem nas Fundações uma forma de concretizar o investimento do setor privado em áreas de responsabilidade social, como o ambiente, educação ou cultura.

A definição de Terceiro Setor, proposta em 1997 por Salamon e Anheier, é a mais usada. Segundo essa definição, as organizações que fazem parte desse setor apresentam cinco características: Estruturadas, Privadas, Não Distribuidoras de Lucro, Autónomas e Voluntárias. Este conceito começa a ampliar-se, valorizando outros fatores com a filantropia empresarial ou o trabalho voluntário (Silva, Cardoso e Santos, 2014). As Fundações, pela própria definição, são organizações do Terceiro Setor. São organizações que não distribuem lucro, autónomas, privadas, estruturadas e têm um carácter voluntário e social. São organizações que trabalham para a comunidade, sendo que o seu âmbito é transversal, indo desde a Cultura, à Educação passando pela Saúde e Ambiente.

## 2. Metodologia

O processo de elaboração deste estudo foi desenvolvido através de uma recolha de dados estatísticos e financeiros da economia portuguesa e das maiores empresas do mercado de valor português, o PSI-20, indicadas no Quadro 1. O objetivo é a análise dos seus Volumes de Negócios, contribuições como donativos ou doações, comparando-os com dados económicos de Portugal para a tentativa de obtenção de uma explicação sobre se esses dados se encontram relacionados.

**Quadro 2: Lista de empresas do PSI-20 analisadas**

EMPRESA	SECTOR	SEDE
BCP	BANCA	Porto
BES (Colapso em 2014)	BANCA	Lisboa
BPI	BANCA	Porto
EDP	ENERGIA	Lisboa
GALP	ENERGIA	Lisboa
MOTA ENGIL	CONSTRUÇÃO	Porto
PORTUCEL	PAPEL	Lisboa
PORTUGAL TELECOM	TELECOMUNICAÇÕES	Lisboa
SEMAPA	PAPEL	Lisboa
SONAE SGPS	RETALHO	Maia
ZON (Fusão com Optimus)	TELECOMUNICAÇÕES	Lisboa

**Fonte: Elaboração Própria**

As empresas acima descritas foram selecionadas por 2 fatores essenciais. Primeiro, são empresas cotadas na Bolsa Portuguesa e como tal, são das maiores empresas portuguesas nas suas áreas de atuação. Segundo, sendo empresas cotadas, são obrigadas legalmente a ter os seus relatórios de atuação financeira disponíveis para consulta pública.

Relativamente aos dados da economia portuguesa, os dados recolhidos foram a Taxa de Desemprego, a taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a evolução da Taxa de IRC praticadas em Portugal no período de 2001 até 2013.

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

Os dados recolhidos nos Relatórios e Contas foram o Volume de Negócios (no caso do setor da Banca, o dado recolhido foi o Produto Bancário), a conta de Donativos (algumas empresas inserem esses valores na conta Investimentos na Comunidade) na rubrica Outros Custos e Perdas. Em algumas empresas, como foi o caso do BPI, os donativos encontram-se englobados na rubrica Quotizações e Donativos.

A principal fórmula utilizada foi a seguinte fórmula matemática para verificar qual a preponderância dos donativos no Volume de Negócios das empresas através da recolha de dados que se encontram em Anexo deste estudo.

$$\% = \textit{Donativos} / \textit{Volume de Negócios}$$

Com esta simples fórmula poderemos efetuar uma comparação mais aproximada entre as empresas analisadas que não possuem o mesmo poderio financeiro, apesar de todas as empresas serem cotadas em bolsa.

### **3. A Economia Portuguesa – Breve Visão Geral no Século XXI**

Este estudo foi realizado durante um período de crise económico-financeira que não só atingiu Portugal mas todo os países industrializados. Como tal, será possível verificar nos capítulos seguintes que essa crise influenciou não só o governo no que toca ao sistema fiscal português como as empresas a atuar num clima de desconfiança e menor fulgor financeiro.

#### **3.1. Imposto sobre os Rendimentos de Pessoas Coletivas**

Ao contrário do praticado nos Estados Unidos da América, em que as empresas podem deduzir uma percentagem do seu volume de negócios quando efetuam donativos, doações ou investem na comunidade, em Portugal a legislação é bem mais complexa. O Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) refere que os donativos “são considerados custos ou perdas do exercício”<sup>4</sup>, fazendo posteriormente distinção a quem e com que carácter são efetuados esses donativos.

Quando efetuados a entidades públicas como o Estado ou entidades estatais, esses donativos são considerados custos na sua totalidade, tendo uma majoração de 140% se forem de carácter social e 120% quando têm fins culturais.

Isto torna muito complicado dizer com máxima exatidão se as empresas em Portugal fazem donativos com o propósito de obterem benefícios fiscais. Seria necessário desvendar ao pormenor a rubrica dos donativos das empresas, para sabermos se o faziam com um propósito fiscal.

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, IRC, tem sofrido alterações ao longo dos anos, sendo que tem aumentando e descido ao longo dos anos. As empresas são também sujeitas a um imposto municipal, a Derrama, que incide sobre o lucro tributável, no valor máximo de 1,5%.

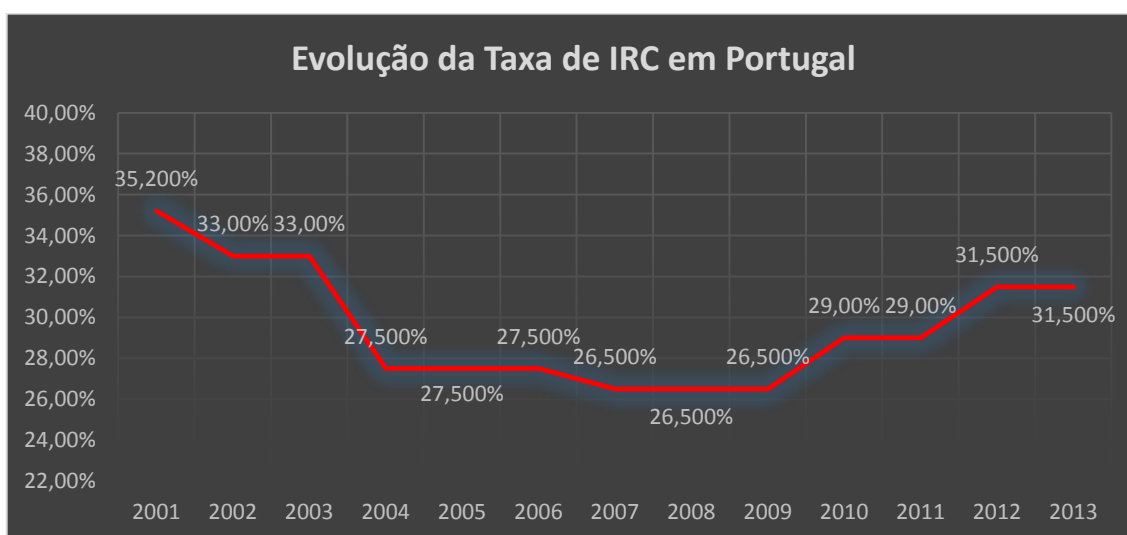
---

<sup>4</sup> Estatuto dos Benefícios Fiscais, Art.º 62 n. 1

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

Em 2013 foi criada uma Comissão para a Reforma do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, com o objetivo de propor uma profunda reforma ao Código do IRC, de forma a simplifica-lo para melhorar a competitividade das empresas e da economia portuguesa face aos seus parceiros europeus<sup>5</sup>. Esta comissão, presidida pelo Dr. António Lobo Xavier, apresentou as suas conclusões a 30 de Junho de 2013<sup>6</sup>. No relatório por si apresentado é-nos dado a verificar a evolução da Taxa do IRC em Portugal nos últimos anos. Para o período analisado neste estudo, 2001 a 2013, a taxa tem sofrido alterações significativas, tendo aumentado e diminuindo ao longo do período. Os valores apresentados incluem adicionais de imposto e sobretaxas de cariz local, municipal e nacional.

**Figura 1: Evolução da taxa de IRC em Portugal**



**Fonte: Comissão para a Reforma do IRC, 2013**

O quadro mostra-nos a evolução do IRC ao longo dos anos, e desde 2009, que se encontra numa subida, que parece não acabar. O início da crise imobiliária e consequentemente das dívidas soberanas que afetou Portugal de uma maneira muito forte, levando o Governo de então a pedir ajuda externa ao Fundo Monetário Internacional,

<sup>5</sup> [http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content\\_id=2953547](http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content_id=2953547), acessado em 23 de Maio 2015

<sup>6</sup> [http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content\\_id=3344069](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=3344069), acessado a 24 Maio 2015

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

Banco Central Europeu e à Comissão Europeia, a denominada *Troika*<sup>7</sup>, levou a que tenha havido um aumento de impostos, não só nas pessoas singulares, mas também nas empresas. Desde 2009 até 2013, a Taxa de IRC aumentou 5 pontos percentuais.

### 3.2. Produto Interno Bruto Português

O produto interno bruto de um país é a soma em valores monetários de todos os bens e serviços produzidos em uma determinada região durante um determinado período, normalmente um mês ou ano. É um dos indicadores mais usados na macroeconomia, que tem como objetivo o de quantificar a atividade económica dessa mesma região.

A Organização das Nações Unidas criou um sistema metodológico para se poder possibilitar uma comparação entre países: o *System of National Accounts* (SNA). A União Europeia levou este conceito mais longe, lançando um manual – Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 95 – Regulamento N° 2223/96)<sup>8</sup>. O seu objetivo é o de garantir que os dados obtidos possam ser comparados entre países-membros da mesma organização, como é a União Europeia.

O resultado final do cálculo do PIB pode ser analisado mediante três óticas:

- **Oferta ou produção**, sendo a soma do valor acrescentado bruto (VAB) a preços base dos diferentes ramos de atividade, acrescido dos impostos líquidos sobre os produtos
- **Procura ou despesa**, soma das despesas de consumo final das famílias residentes, das administrações públicas com o investimento e as exportações líquidas das importações da região analisada.
- **Rendimento**, soma das remunerações do trabalho, dos impostos líquidos de subsídios sobre a produção e importações e do excedente bruto de exploração.

Em Portugal o PIB não tem tido um crescimento sustentado como se deseja.

---

7

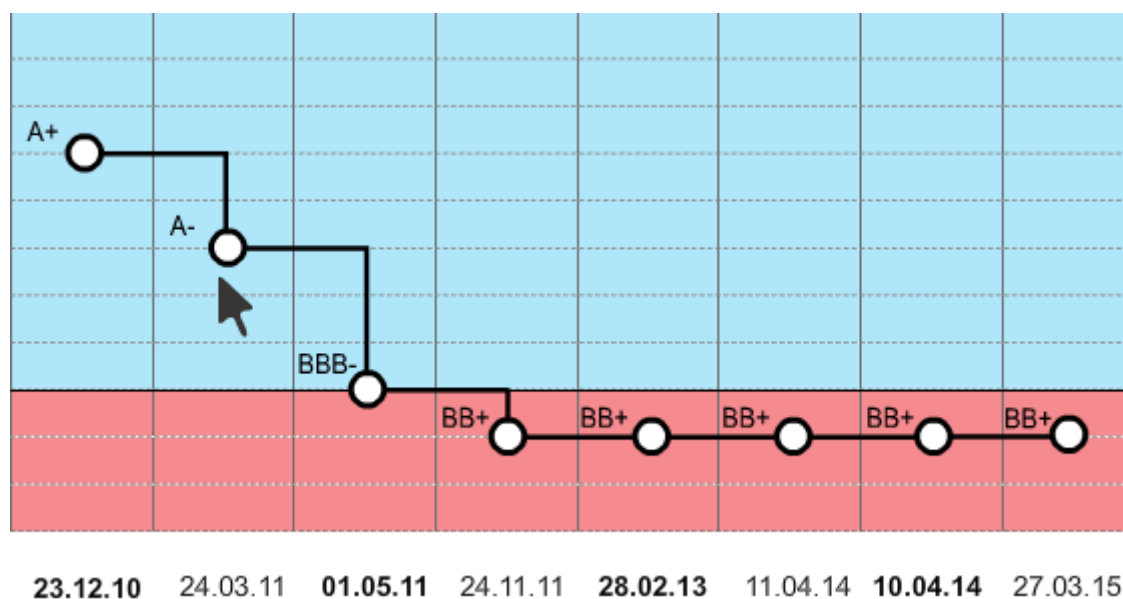
[http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/discurso\\_de\\_soacutecrates\\_a\\_anunciar\\_acordo\\_com\\_troika.html](http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/discurso_de_soacutecrates_a_anunciar_acordo_com_troika.html), acedido a 24 Maio 2015

<sup>8</sup> <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:31996R2223&from=EN>, acedido em 25 de Maio 2014

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

Durante o período analisado, de 2001 a 2013, o PIB português teve durante 4 anos crescimentos negativos, 2003, 2008, 2009, 2011, 2012 e 2013. O período 2008 – 2013 foi o período mais difícil da economia portuguesa dos últimos tempos. Tendo sofrido bastante com a crise da bolha imobiliária e consequentemente com a crise das dívidas soberanas, o *rating* da República Portuguesa sofreu cortes por parte das maiores empresas de rating mundiais, como a Standard & Poors, Fitch e a Moody's<sup>9</sup>. Esses cortes aliados à dificuldade de Portugal pedir crédito aos mercados a taxas mais acessíveis levaram a que o então Primeiro-Ministro de Portugal, Eng.º José Sócrates pedisse a intervenção do Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia para assistir Portugal a financiar-se a taxas mais baixas. O ano de exceção foi o ano de 2010, onde as exportações fizeram com que Portugal tivesse um crescimento de quase 2% na sua economia.

**Figura 2: Rating da Fitch da República Portuguesa de Dezembro de 2010 a Março de 2015**

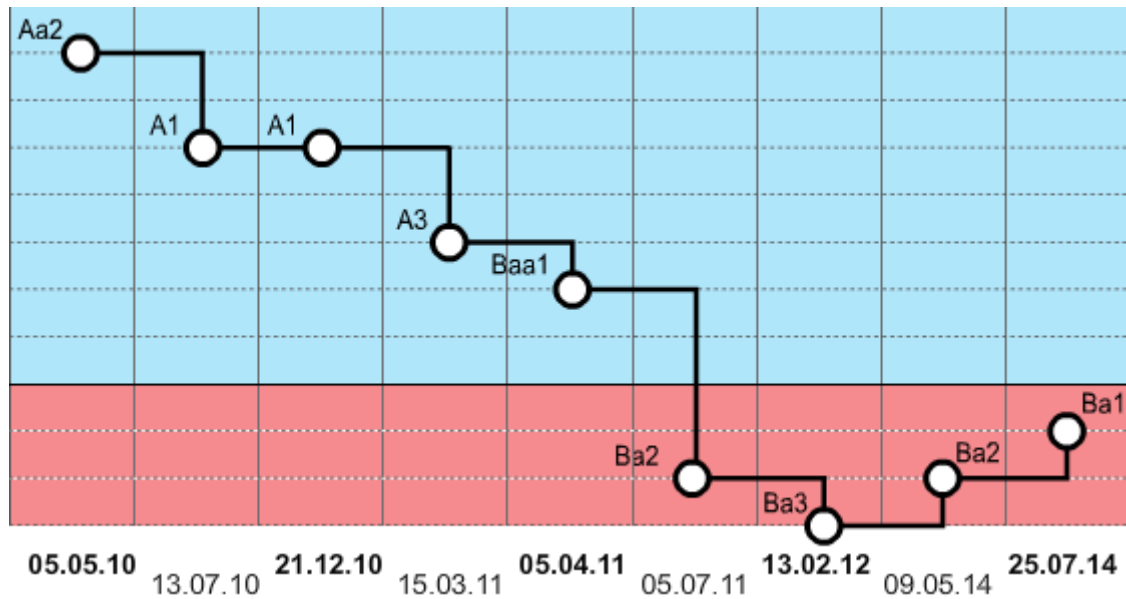


**Fonte: Carregueiro (2015)**

<sup>9</sup> [http://www.jornaldenegocios.pt/mercados/obrigacoes/detalhe/fitch\\_mantem\\_portugal\\_no\\_lixo.html](http://www.jornaldenegocios.pt/mercados/obrigacoes/detalhe/fitch_mantem_portugal_no_lixo.html),  
acedido a 27 de março de 2015

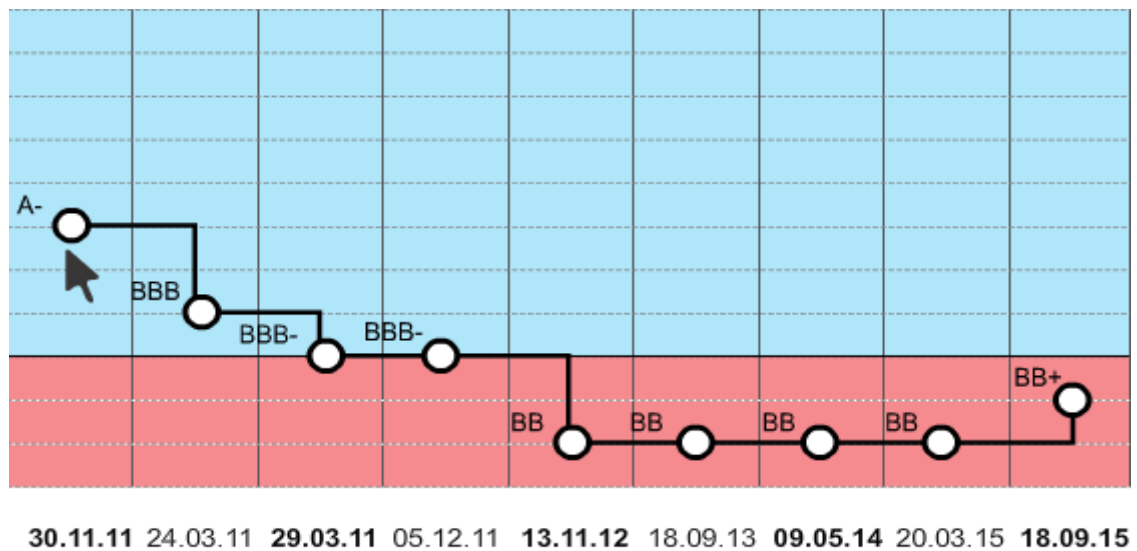
# FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

**Figura 3: Rating da Moody's da República Portuguesa de Maio de 2010 a Julho de 2014**



Fonte: Carregueiro (2015)

**Figura 4: Rating da Standard & Poor's da República Portuguesa de Novembro de 2011 a Setembro de 2015**



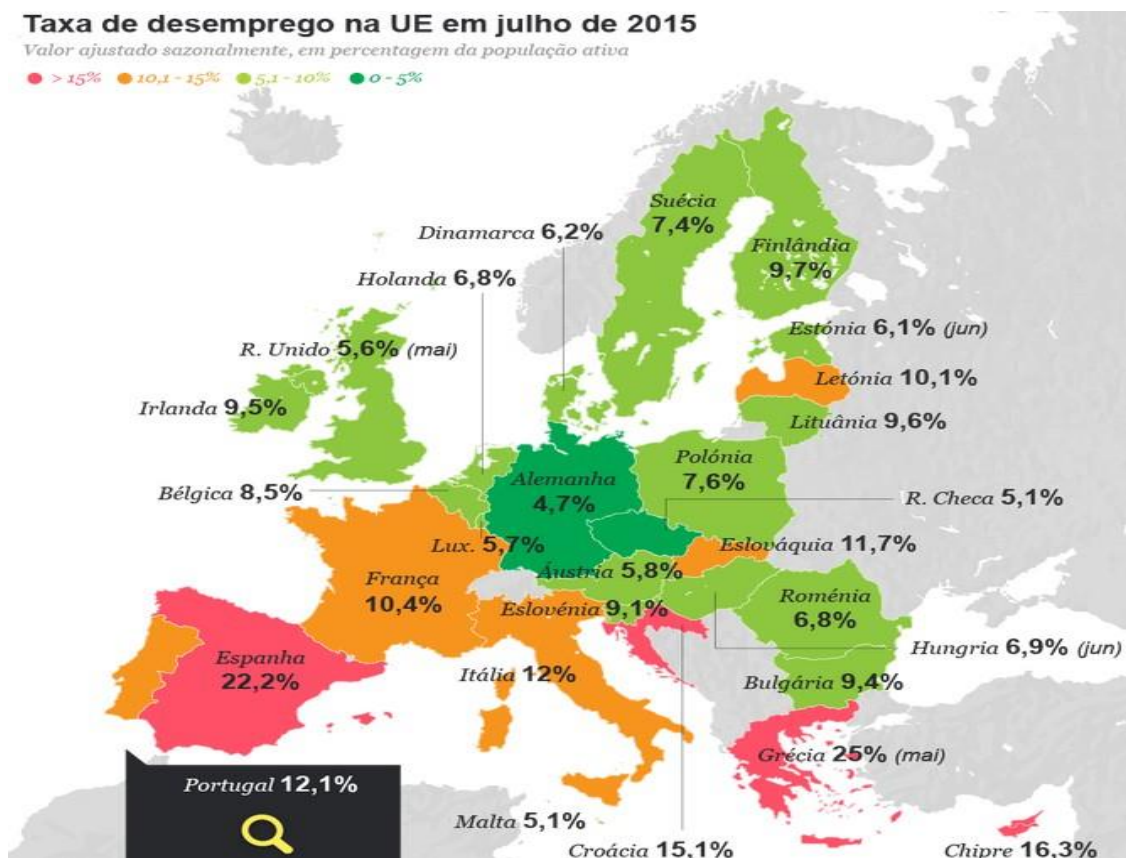
Fonte: Carregueiro (2015)

# FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

## 3.3. Taxa de Desemprego

O desemprego é o maior flagelo de uma sociedade. Portugal é um dos países europeus com a maior taxa de desemprego da atualidade. Apenas a Espanha, Croácia e a Grécia em 2013 tinham uma taxa de desemprego superior a Portugal, que terminou o ano com 16,2%, a taxa mais alta dos últimos 13 anos, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística. Desde que a crise financeira se desencadeou em Portugal em 2008/2009, a taxa de desemprego tem vindo a subir de forma constante. Atualmente, em agosto de 2015, a taxa de desemprego situa-se nos 12%, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística<sup>10</sup>.

**Figura 5: Taxa de desemprego na União Europeia em Julho de 2015**



Fonte: Eurostat, Setembro de 2015

<sup>10</sup> Taxa de Desemprego, Instituto Nacional de Estatística, [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&contecto=pi&indOcorrCod=0005599&selTab=tab0](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contecto=pi&indOcorrCod=0005599&selTab=tab0), acessado a 22 de Setembro de 2015.

**Figura 6: Evolução da taxa de desemprego em Portugal de 2001 a 2012**

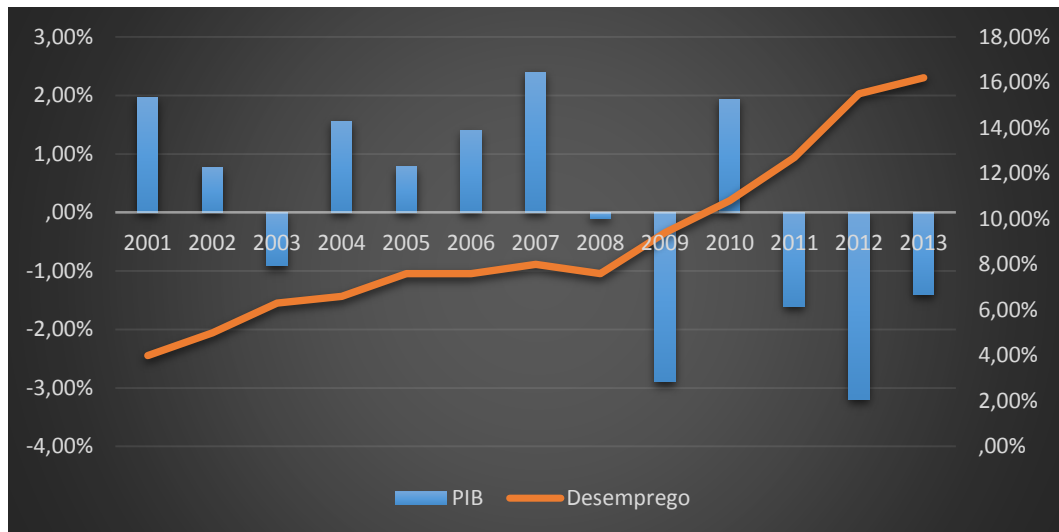


**Fonte: Pordata, Julho de 2013**

Como se verifica na figura 7, a taxa de desemprego e a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto estão associadas. Entre 2001 e 2007, Portugal experienciou período de crescimento, mais ou menos grande, sendo que tal foi acompanhado de um aumento de desemprego de 2001, tendo estabilizado até 2008, tendo aumentado 3,6 pontos percentuais. Após o estalar da crise, em finais de 2008 até 2013, a economia portuguesa viveu 5 anos de crescimento negativo, tendo sido acompanhado por um desemprego galopante, tendo aumentado mais de 8 pontos percentuais nesse mesmo período, 2008 a 2013.

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

**Figura 7: Comparação entre a taxa de crescimento do PIB e a taxa de desemprego em Portugal**



**Fonte: Pordata, Julho de 2013**

## **4. Tecido Empresarial Português e o IRC**

Neste capítulo será feita uma análise sobre a economia portuguesa e sobre se é possível fazer uma associação entre a Taxa de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e os donativos por parte das maiores empresas portuguesas que estão cotadas na Bolsa Portuguesa, o PSI-20.

Para esta análise foram verificados os Relatório e Contas de diversas empresas cotadas no PSI-20 e foram reunidos alguns dados relativamente à economia Portuguesa, como a Taxa de Desemprego, a Taxa de IRC, o Crescimento da Economia, entre outros.

### **4.1. Os Impostos sobre Empresas em Portugal**

Os donativos, na legislação portuguesa, em particular no Estatuto dos Benefícios Fiscais, “são considerados custos ou perdas do exercício, na sua totalidade” quando estes são efetuados a entidades públicas como o Estado ou entidades estatais. Quando esses donativos são efetuados com um carácter social, estes são considerados um custo com uma majoração de 140%, tendo uma majoração de 120% quando os donativos se destinam a fins culturais. Quando os donativos são atribuídos a entidades particulares de solidariedade social então são considerados como custos do exercício da empresa até ao limite de 8/1000 do Volume de Negócios. Como se pode verificar, pelo artigo 62º do Estatuto de Benefícios Fiscais, a legislação referente aos benefícios fiscais em Portugal é muito complexa.

No entanto, ao longo dos anos, nem sempre a Taxa de IRC foi a mesma, tendo vindo a decrescer desde 2001, onde se situava nos 32%, sendo que atualmente esta se encontra nos 25%. Em 2013, o Governo Português, encomendou um estudo para reformar a legislação no que concerne ao Código do IRC<sup>1</sup>, para que o País se torne mais atrativo para o investimento.

Para além do imposto sobre os rendimentos das empresas, as empresas têm que pagar às Camaras Municipais onde estão localizadas, outro imposto, que varia de cidade

---

<sup>1</sup> <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-das-financas/mantenha-se-atualizado/20140630-seaf-comissao-reforma-irc.aspx>, acedido a 27 de Setembro de 2015.

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

para cidade, a Derrama. A Derrama incide sobre o Lucro Tributável, no valor máximo de 1,5%. Também este imposto sofreu alterações. Segundo dados obtidos junto do Ministério das Finanças, em 2003, as empresas, que se situavam por exemplo na cidade do Porto, pagavam uma Derrama de 10%, sendo que atualmente é de 1,5%.

### 4.2. Empresas Analisadas

A Bolsa Portuguesa é uma bolsa composta por 58 empresas cotadas<sup>2</sup>, sendo que no índice principal, o PSI-20 encontram-se as 20 empresas com maior preponderância.

As empresas analisadas, acima listadas, são empresas que pertencem ao principal índice da Bolsa Portuguesa, o PSI-20. Foram empresas escolhidas, acima de tudo, por terem disponível ao público os seus Relatórios e Contas anuais desde 2001 e por serem grandes empresas de expressão nacional. Nem todas as empresas cotadas em bolsa seriam consideradas como relevantes para o estudo, como é o caso das Sociedades Anónimas Desportivas. As SAD's são empresas que por serem bastante específicas e dedicarem-se exclusivamente ao setor do desporto não fazem referência a donativos efetuados nos seus relatórios e contas no exercício fiscal anterior (2012/2013). Como é possível verificar, as empresas analisadas são empresas de vários setores, desde a banca à construção, passando pela energia e telecomunicações. A maior parte das empresas têm as suas sedes nos dois grandes polos económicos de Portugal, Porto e Lisboa. Outro fator analisado é a formação académica dos seus CEO's (Chief Economic Officer) desde 2001 até 2013, sendo que predomina a formação superior em Economia e Engenharia. Várias empresas têm e tiveram, durante os anos analisados, como Presidentes da Comissão Executiva, pessoas sem qualquer formação académica superior. No Anexo 2 poderá ser encontrada essa informação de forma mais exaustiva.

Durante a realização desta dissertação ocorreram dois acontecimentos importantes no tecido empresarial português. O colapso inesperado de um dos maiores bancos portugueses, o Banco Espírito Santo<sup>3</sup>, instituição cujas origens remontam a 1869, foi algo sentido não só no sistema financeiro português como em muitos pequenos investidores

---

<sup>2</sup> <http://www.bolsadelisboa.com.pt/cotacoes/accoes-lisboa>, acedido em 26 de Maio 2014

<sup>3</sup> <http://www.sol.pt/noticia/112187>, acedido a 20 de Setembro 2014

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

que acabaram por perder uma grande parte das suas poupanças. No que toca a esta dissertação, o seu colapso não afetou a sua realização, visto terem sido usados valores antes deste acontecimento.

O outro acontecimento é a criação de uma empresa de telecomunicações, NOS, em Maio de 2014, que é fruto da fusão da ZON e da Optimus<sup>4</sup>, sendo um dos maiores operadores de telecomunicações fixas e móveis em Portugal. A sua criação também não afeta os dados recolhidos para a realização desta dissertação, pois os dados referem-se ao período anterior à fusão, 2001-2013.

Estas empresas não representam o tecido empresarial português, mas são empresas cujos Relatórios e Contas se encontram disponíveis para consulta. Os relatórios apresentam como dados mais úteis para esta dissertação, os volumes de negócios, dados relativos às doações ou donativos efetuados nos anos analisados, no entanto, apresentam limitações como não discriminar os donativos efetuados, como para que setores, com que finalidade e qual o departamento que tem o poder para decidir tal facto. Seria necessário acesso aos dados discriminados de cada empresa para poder efetuar uma análise mais exaustiva.

### **4.3. Tecido Empresarial Português**

Sendo Portugal um país de pequena dimensão, seja em área ou em população, as empresas que compõem o tecido empresarial são empresas de pequena ou média dimensão. O estudo efetuado pela Informa D&B<sup>5</sup> no ano de 2012 e com resultados publicados em Março de 2014, mostra como é composto o nosso tecido empresarial. 87% das empresas tinham até 9 empregados.

Como já foi dito anteriormente o tecido empresarial português é composto na sua maioria por pequenas e médias empresas, sendo que 95% das empresas têm um volume de negócios inferior a 2 milhões de euros anuais e empregam quase metade da população empregada em Portugal. Empresas consideradas grandes, com um Volume de Negócios

---

<sup>4</sup> <http://expresso.sapo.pt/aprovada-fusao-da-zon-com-a-optimus=f827481>, acedido a 12 de Junho 2014

<sup>5</sup> [https://www.informadb.pt/biblioteca/ficheiros/22\\_Tecido\\_empresarial\\_em%20Portugal\\_2012.pdf](https://www.informadb.pt/biblioteca/ficheiros/22_Tecido_empresarial_em%20Portugal_2012.pdf), acedido em 13 Junho 2014

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

superior a 50 milhões de euros anuais eram em 2012, somente 609 empregando 424 mil trabalhadores empregados em Portugal. Empresas com menos de 10 trabalhadores eram a maioria do tecido empresarial português, chegando aos 87% das empresas portuguesas.

Estas empresas têm um volume de negócios de 21% do total das empresas em Portugal. As 609 empresas que compõem as grandes empresas em Portugal têm um volume de negócios de 133 mil milhões de euros, 46% do total.

As empresas que compõem o tecido empresarial português, dividem-se, principalmente, em 4 setores, serviços (24%), retalho (17,8%), indústrias transformadoras (11,4%) e construção (10,8%). Estes quatro setores agrupam 64% das empresas existentes em Portugal e têm um volume de negócios de 58% do total, empregando mais de 70% da população empregada em Portugal.

As regiões que mais empresas possuem do tecido empresarial em Portugal, são o Norte, Centro e Lisboa, sendo as regiões com mais população em Portugal. Têm nestas regiões a sua sede 85% das empresas portuguesas. Representam quase 90% do volume de negócios em Portugal, empregando mais de 2 milhões de trabalhadores<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> [https://www.informadb.pt/biblioteca/ficheiros/22\\_Tecido\\_empresarial\\_em%20Portugal\\_2012.pdf](https://www.informadb.pt/biblioteca/ficheiros/22_Tecido_empresarial_em%20Portugal_2012.pdf),  
acedido em 13 Junho 2014

## 5. Análise dos Dados Obtidos

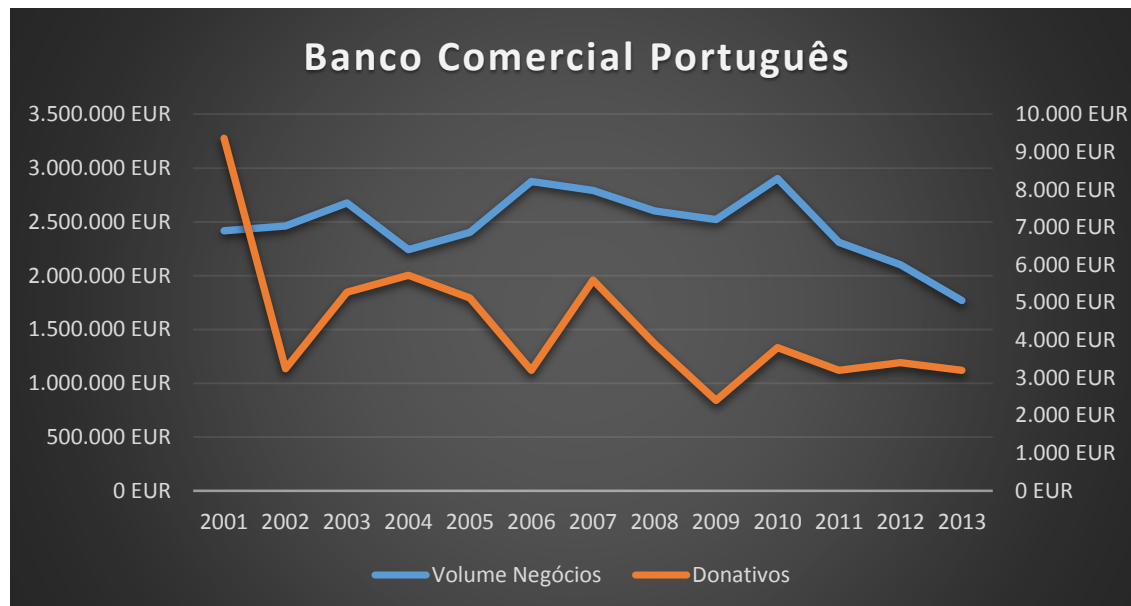
Os dados analisados e compilados refletem não só a evolução do volume de negócios das empresas selecionadas, mas igualmente a evolução dos donativos e doações que cada empresa efetua anualmente para a sociedade portuguesa, seja na área da educação, saúde ou cultura.

Com estes dados tentamos verificar se existe uma correlação da evolução dos donativos efetuados com a evolução dos volumes de negócio.

### 5.1. Dados económicos das empresas analisadas

De seguida veremos os dados recolhidos, volume de negócios e donativos durante o período compreendido entre 2001 e 2013, de todas as empresas analisadas, por ordem alfabética, começando pelo BCP.

**Figura 8: Comparação entre volume de negócios e donativos do BCP**



**Fonte: Elaboração Própria, Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

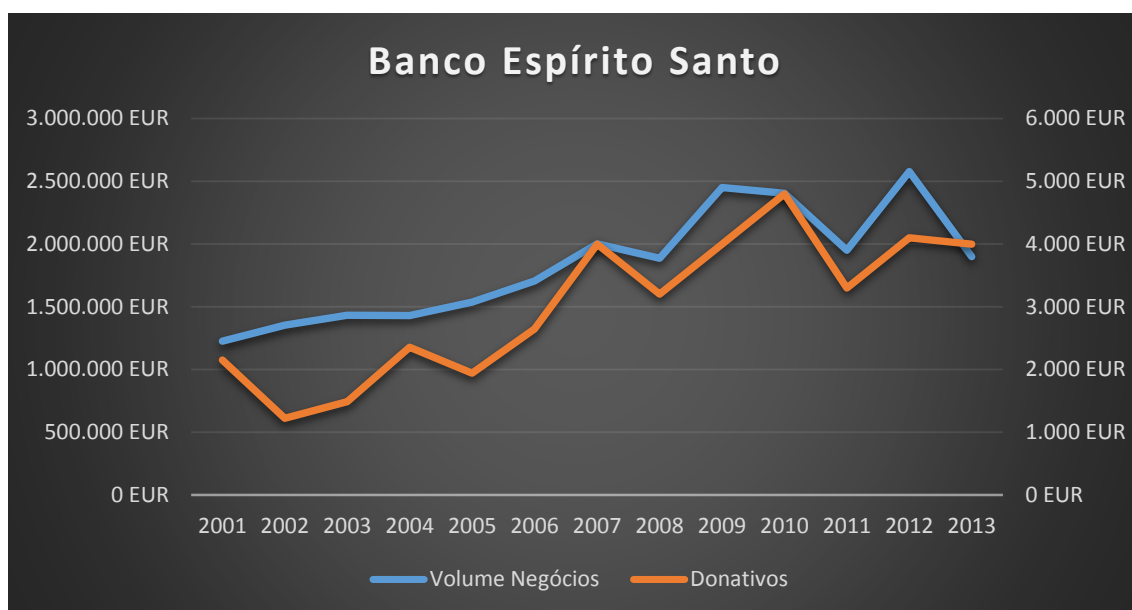
É possível verificar que a partir de 2010 a crise financeira e exposição do banco à

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

dívida soberana da República da Grécia afetou de maneira muito forte a banca<sup>1</sup>. O Volume de Negócios começou a decrescer de forma acentuada desde então.

Como tal, a relação entre o volume de negócios do BCP e os seus donativos é proporcional, sendo que quando o volume de negócios aumenta, os donativos também sofrem a mesma alteração.

**Figura 9: Comparação entre volume de negócios e donativos do BES**



**Fonte: Elaboração Própria, Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

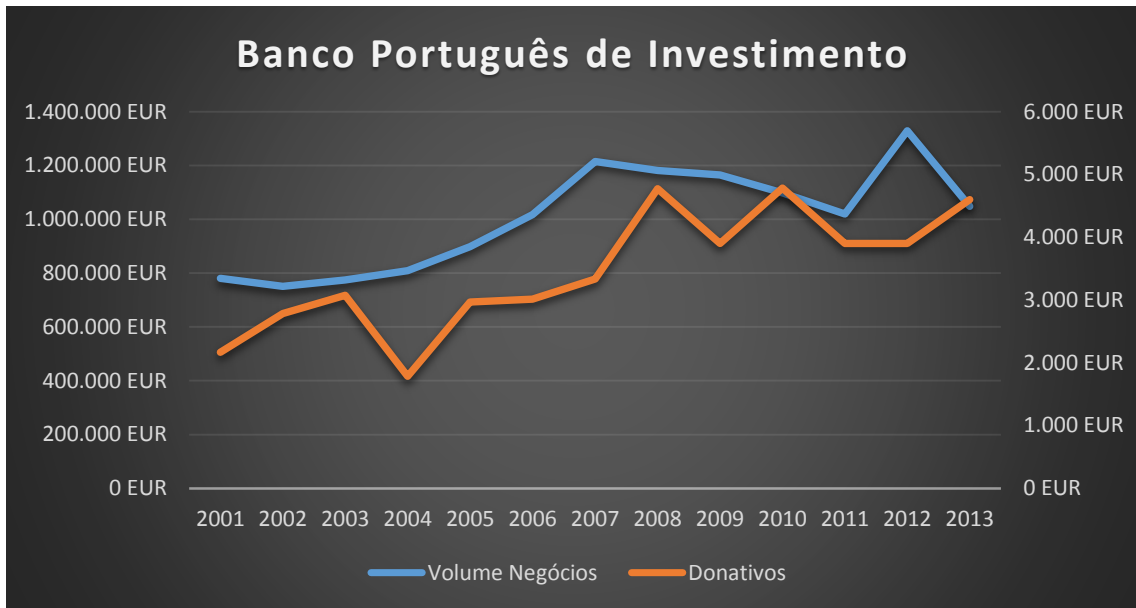
Tal como o BCP, o Banco Espírito Santo, entretanto extinto por decisão do Banco de Portugal, dando lugar a uma nova instituição bancária com o nome de Novo Banco, devido ao colapso e à falha no pagamento de um empréstimo no valor de 900 milhões de euros da empresa Rio Forte à Portugal Telecom<sup>2</sup>, apresenta uma correlação direta entre o volume de negócios e o total dos donativos efetuados à comunidade.

<sup>1</sup> <http://conteudos.sibace.pt/noticias/pdfs/201202020.pdf>, acedido em 18 Agosto 2014

<sup>2</sup> [http://economico.sapo.pt/noticias/rioforte-tem-de-pagar-900-milhoes-a-pt-ate-17-de-julho\\_196572.html](http://economico.sapo.pt/noticias/rioforte-tem-de-pagar-900-milhoes-a-pt-ate-17-de-julho_196572.html), acedido em 20 de Setembro 2014

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

**Figura 10: Comparação entre volume de negócios e donativos do BPI**

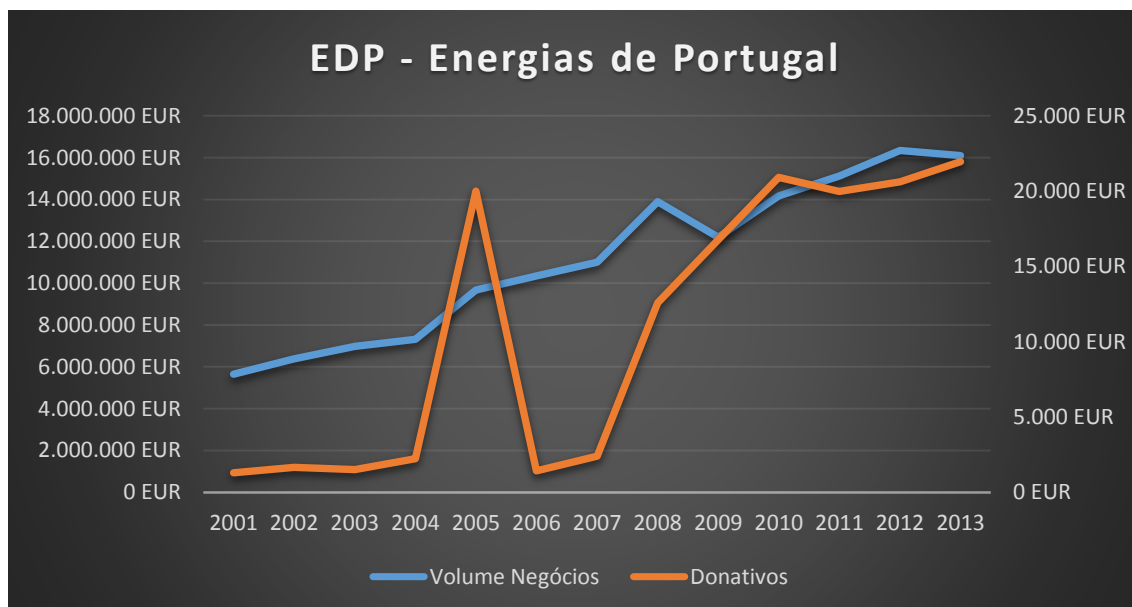


**Fonte: Elaboração Própria, Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

Uma vez mais uma empresa da banca é aqui analisada. Desta feita o BPI. Tal como os outros dois bancos, este apresenta uma relação entre o seu produto bancário e os donativos efetuados. Em 2004, os donativos foram consideravelmente inferiores face ao ano anterior, apesar do aumento do seu produto bancário. Em 2013, apesar de uma diminuição do seu produto, os donativos aumentaram face ao ano de 2012. O BPI é o mecenas exclusivo do Museu da Fundação de Serralves na cidade do Porto.

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

**Figura 11: Comparação entre volume de negócios e donativos da EDP**



**Fonte: Elaboração Própria, Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

A EDP é uma das maiores empresas nacionais, com um volume de negócios de 16 mil milhões de euros no ano de 2013. Líder de mercado no sector da energia<sup>3</sup> em Portugal, esta empresa tem vindo a crescer de ano para ano, com exceção de 2009, ano em que a crise chega a Portugal. No que se refere aos donativos, 2005 é o ano em que se nota o maior aumento considerável de doações, direcionadas para a Fundação que em Dezembro de 2004 foi criada. Instituição de direito privado sem fins lucrativos com sede em Lisboa<sup>4</sup>. Como tal, em 2005 foram transferidos para a Fundação 20 milhões de euros<sup>5</sup>, sendo que a partir de 2008 os donativos da empresa-mãe têm vindo a aumentar sempre acima dos 15 milhões de euros.

<sup>3</sup> [http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/edp\\_continua\\_lider\\_no\\_mercado\\_livre.html](http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/edp_continua_lider_no_mercado_livre.html), acessido em 10 de Julho 2014

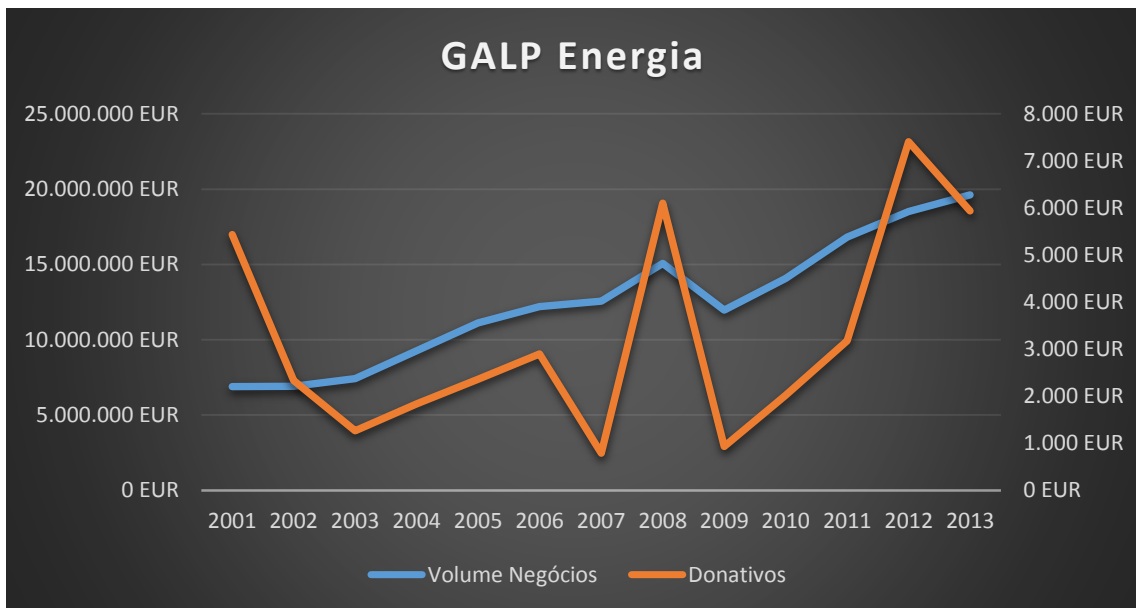
<sup>4</sup> <http://www.fundacaoedp.pt/fundacao-edp/quem-somos/missao/126>, acessido em 15 Julho 2014

<sup>5</sup>

[http://www.edp.pt/pt/sustentabilidade/PublicacoesRelatorios/relatorios/Relatorios%20Sustentabilidade/sustentabilidade\\_2005.pdf](http://www.edp.pt/pt/sustentabilidade/PublicacoesRelatorios/relatorios/Relatorios%20Sustentabilidade/sustentabilidade_2005.pdf), p. 24, acessido em 16 Julho 2014.

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

**Figura 12: Comparação entre volume de negócios e donativos da Galp**

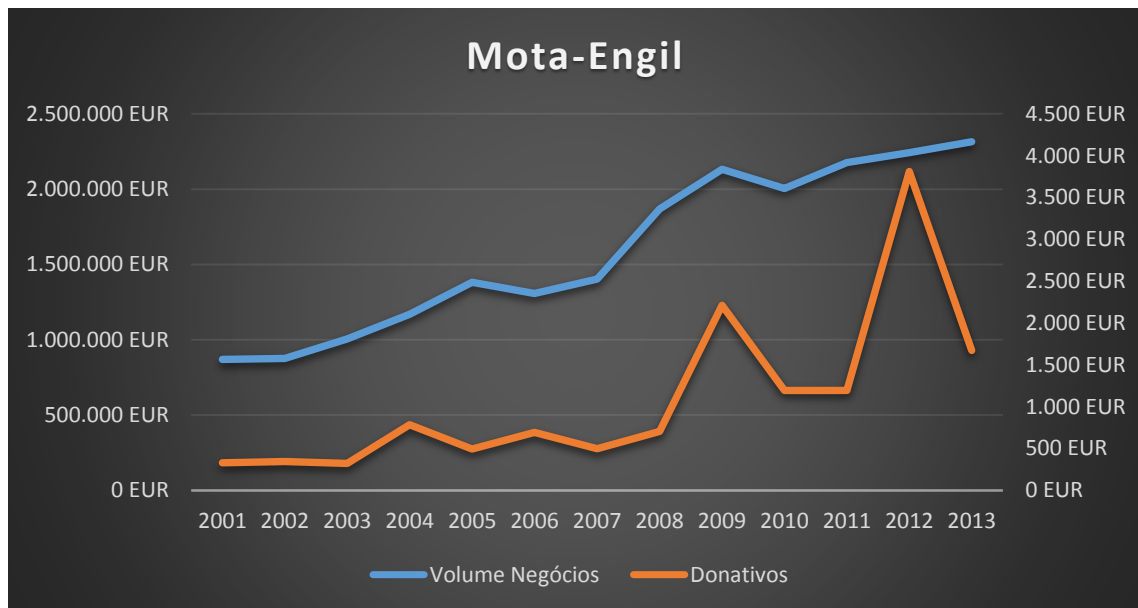


**Fonte: Elaboração Própria, Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

A Galp Energia é uma das maiores empresas da economia portuguesa. Empresa dedicada à energia, produtos petrolíferos e de gás natural, tem visto o seu volume de negócio aumentar de ano para ano, com exceção de 2009, ano do início da crise em Portugal. No que toca aos donativos, 2008 foi um ano excepcional, em que a Galp decide criar uma fundação, Fundação Galp Energia, tendo vindo a aumentar as suas contribuições para a comunidade, desde 2009 até ao ano de 2013.

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

**Figura 13: Comparação entre volume de negócios e donativos da Mota-Engil**

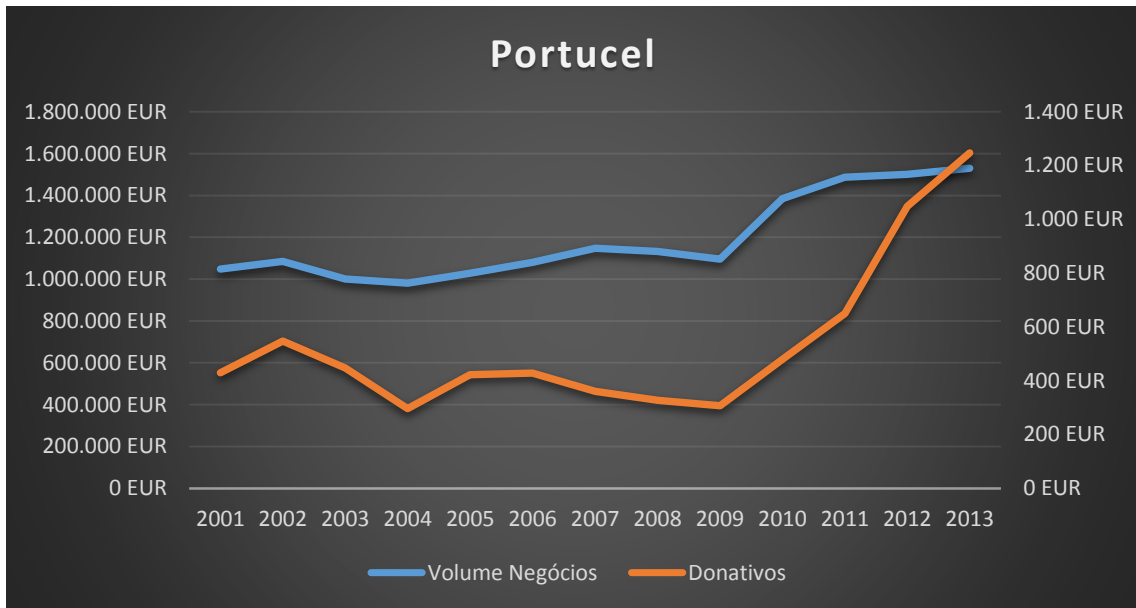


**Fonte: Elaboração Própria, Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

Empresa do sector da construção civil, obras públicas, resíduos e águas, resultada da fusão entre a Mota & Companhia e a Engil, no ano de 2002. Tem visto o seu negócio aumentar de ano para ano, apesar da crise que se abateu em Portugal. Os donativos da empresa não eram nada de relevantes, até que em 2009 foi constituída a Fundação Manuel António da Mota, criada pelo fundador da empresa Mota & Companhia, sendo que se dá nesse ano um aumento considerável de donativos, passado dos 700 mil euros para os 2 milhões de euros em 2009. Desde então tem feito alguns donativos de valor considerável face ao seu volume de negócios, com exceção de 2013, em que estes desceram consideravelmente.

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

**Figura 14: Comparação entre volume de negócios e donativos da Portucel**

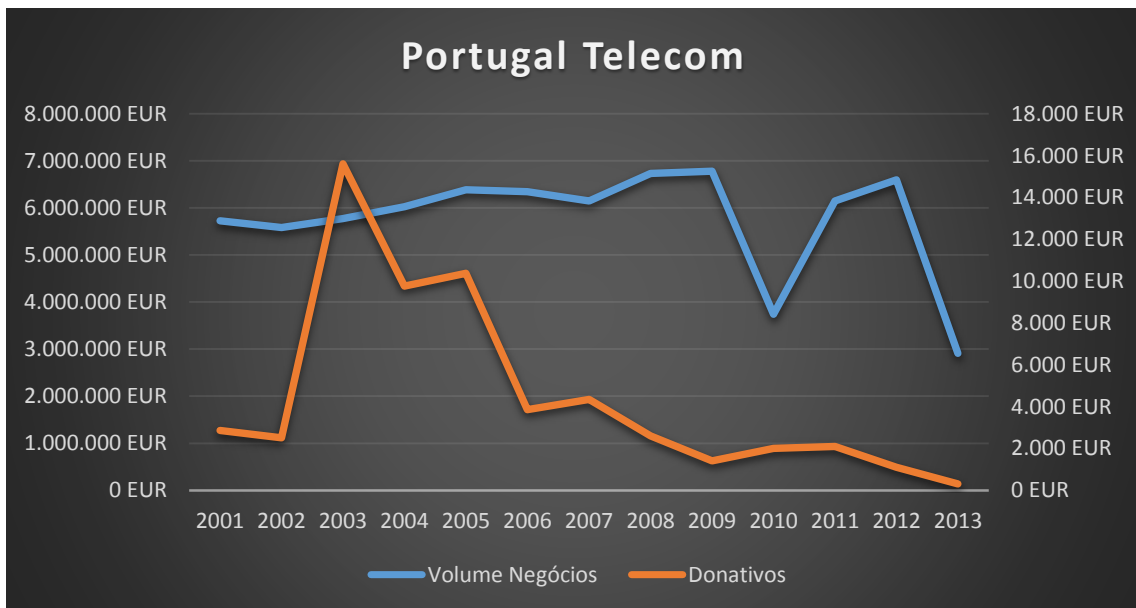


**Fonte: Elaboração Própria, Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

A Portucel é uma empresa dedicada ao fabrico e comercialização de papel em Portugal. Fundada em 2001, esta empresa tem tido um crescimento sustentado mas sem aumentos consideráveis. O seu volume de negócios, de 2001 até 2013, aumentou pouco mais de 500 milhões de euros. A rubrica de donativos tem visto um aumento consistente desde 2009 até aos dias de hoje, triplicando esses valores.

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

**Figura 15: Comparação entre volume de negócios e donativos da PT**

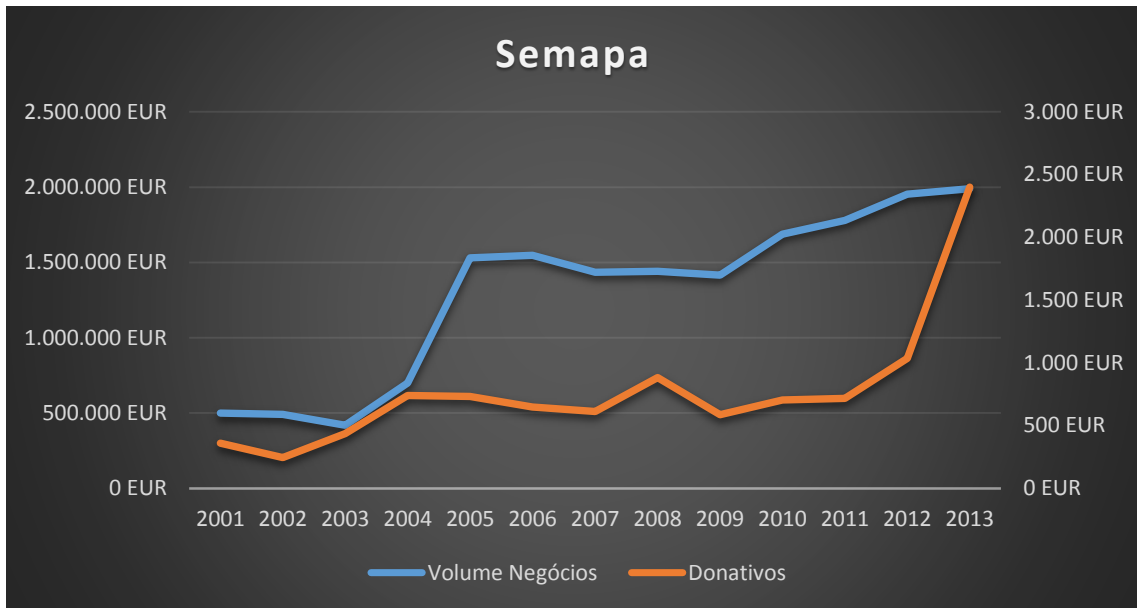


**Fonte: Elaboração Própria, Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

A Portugal Telecom é a maior empresa portuguesa do sector das telecomunicações. O ano de 2010 apresenta um valor ligeiramente inferior ao que seria de esperar devido à compra da Vivo por parte da espanhola Telefónica. O seu volume de negócios mantém-se estável ao longo dos anos. Os donativos têm vindo a diminuir face à criação da Fundação PT em 2003, ano em que a PT dotou a fundação de um valor de 15 milhões de euros.

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

**Figura 16: Comparação entre volume de negócios e donativos da Semapa**

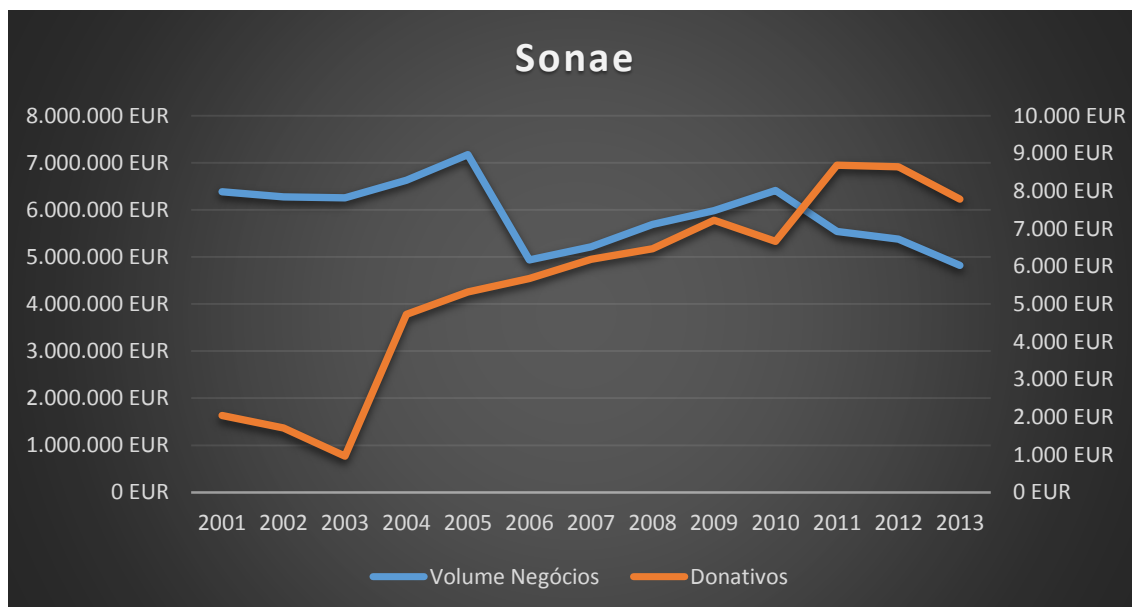


**Fonte: Elaboração Própria, Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

Empresa fundada em 1991, opera no sector da pasta e papel, cimentos e ambiente. Com um crescimento acentuado até 2005, teve um crescimento moderado até 2013. Já os donativos têm vindo a ter um ritmo nivelado entre os 500 mil e os 800 mil euros até 2012, sendo que em 2013 esse valor supera os 2 milhões de euros.

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

**Figura 17: Comparação entre volume de negócios e donativos da Sonae**

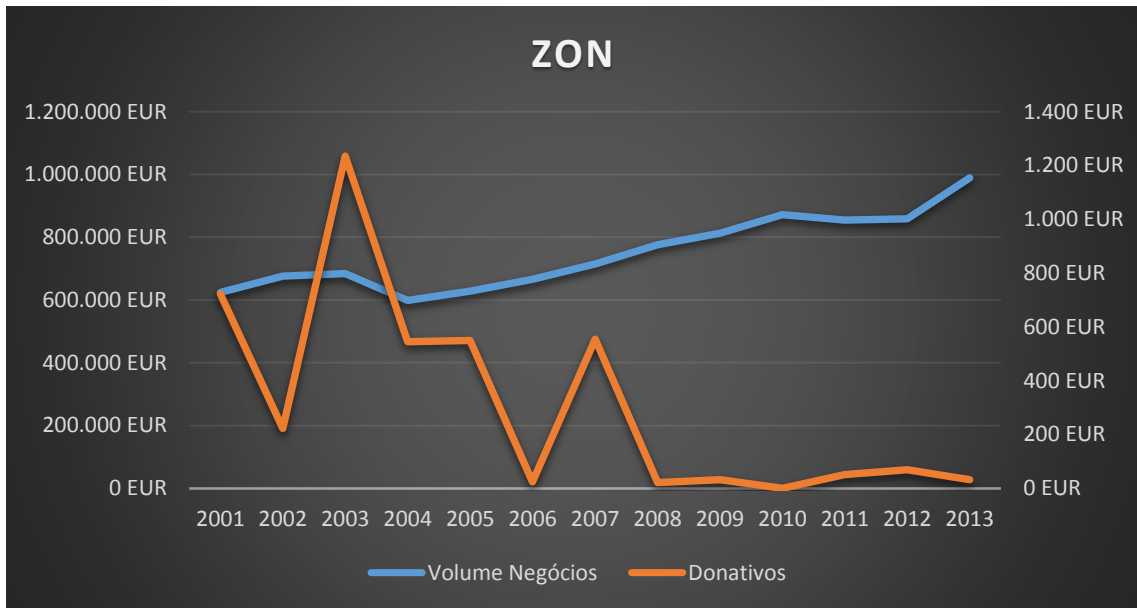


**Fonte: Elaboração Própria, Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

A Sonae, com sede na Maia, é a empresa do Eng.º Belmiro de Azevedo, dedicada ao setor do retalho. Um dos maiores empregadores de Portugal, é dona de vários centros comerciais, uma das maiores cadeias de supermercados em Portugal e com negócios em diversas áreas, que vão da comunicação social até aos ginásios. Com um decréscimo do seu volume de negócios desde 2001 até 2013, os donativos da empresa à comunidade não deixaram de aumentar no mesmo período. Desde os 2 milhões de euros em 2001 até aos 9 milhões em 2011, a Sonae mantém-se como uma das empresas que mais doações faz à comunidade em Portugal, sendo apenas ultrapassada pela EDP, de acordo com os dados recolhidos por este estudo, como se pode verificar no Anexo 1 – Volume de Negócios e Donativos das Empresas analisadas de 2001 a 2013.

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

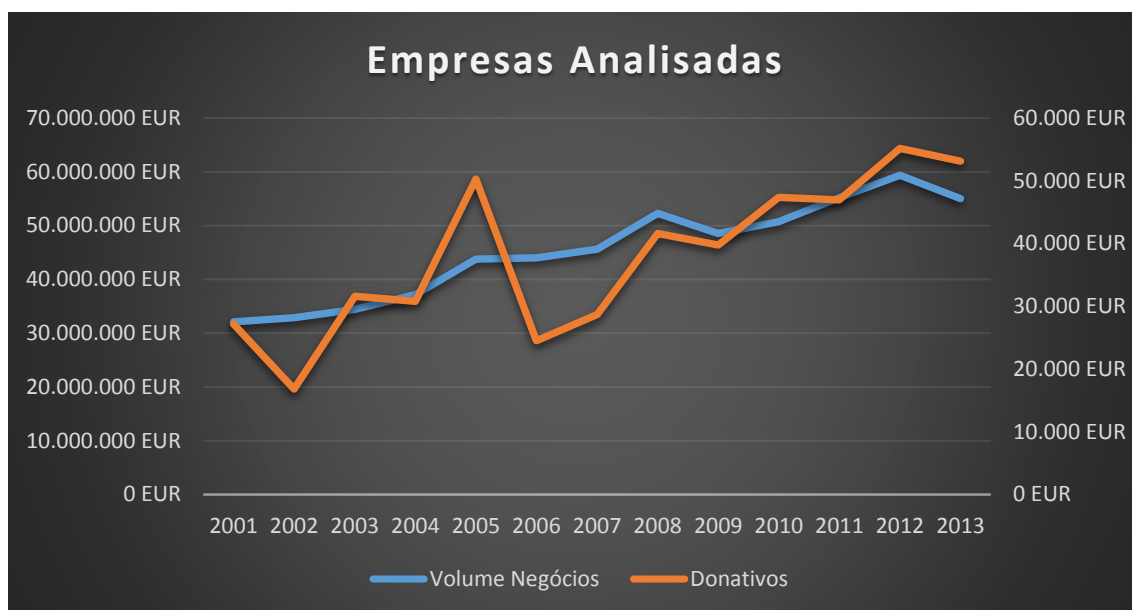
**Figura 18: Comparação entre volume de negócios e donativos da ZON**



**Fonte: Elaboração Própria, Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

A ZON, atualmente a NOS, após fusão da ZON com a Optimus, empresa do grupo Sonae, é uma empresa de telecomunicações fixas e móveis com oferta de telecomunicações variadas, desde telemóveis, internet ou televisão. Um dos líderes de mercado tem visto o seu volume de negócios aumentar de forma consistente no período analisado. Por outro lado, os donativos efetuados pela empresa têm vindo a diminuir, sendo praticamente nulos.

**Figura 19: Comparação entre volume de negócios e donativos das empresas analisadas**



**Fonte: Elaboração Própria, Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

A figura acima demonstra que o volume de negócios das empresas analisadas, no Quadro 1, tem vindo a aumentar de ano para ano, com uma pequena quebra em 2009, primeiro ano da crise mundial. Os donativos têm vindo a aumentar desde 2006, a um ritmo constante. Em 2005, como referido anteriormente, a EDP dota a sua fundação com 20 milhões de euros<sup>6</sup>, fazendo com que os donativos atinjam quase os 50 milhões de euros.

## 5.2. Relação dos Donativos com Fatores Económicos

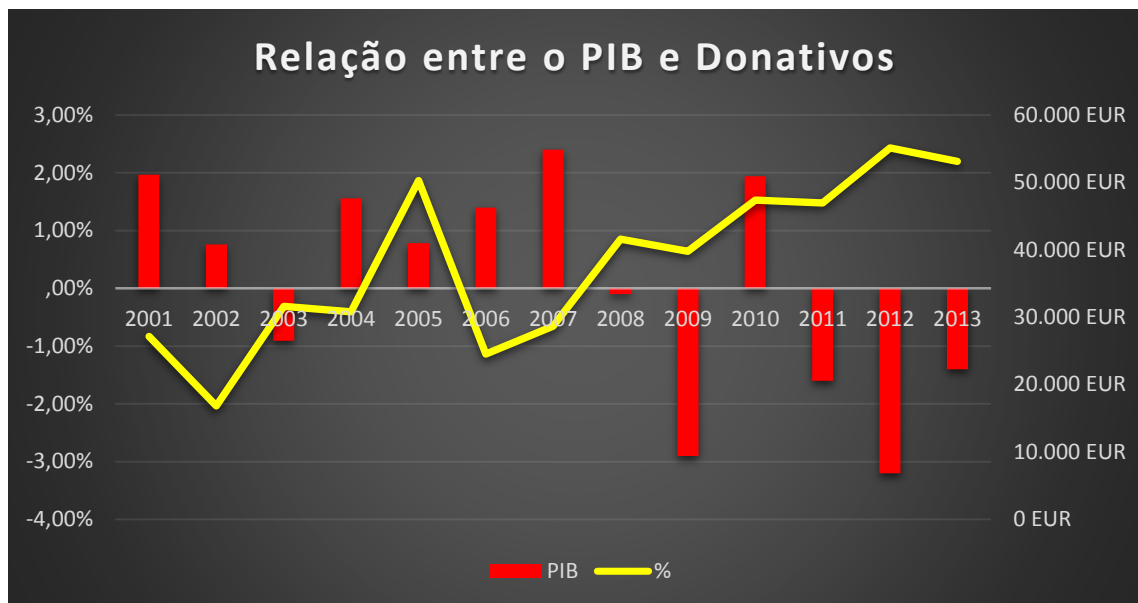
De seguida será feita uma comparação entre os donativos que são efetuados, numa relação entre os donativos em valores monetários e o seu volume de negócios, com fatores económicos como a Taxa de Crescimento do PIB, a Taxa de Desemprego ou as taxas de imposto cobrados às empresas em Portugal.

6

[http://www.edp.pt/pt/sustentabilidade/PublicacoesRelatorios/relatorios/Relatorios%20Sustentabilidade/sustentabilidade\\_2005.pdf](http://www.edp.pt/pt/sustentabilidade/PublicacoesRelatorios/relatorios/Relatorios%20Sustentabilidade/sustentabilidade_2005.pdf), p. 24, acedido em 16 Julho 2014.

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

**Figura 20: Comparação entre taxa de crescimento do PIB e donativos das empresas analisadas**



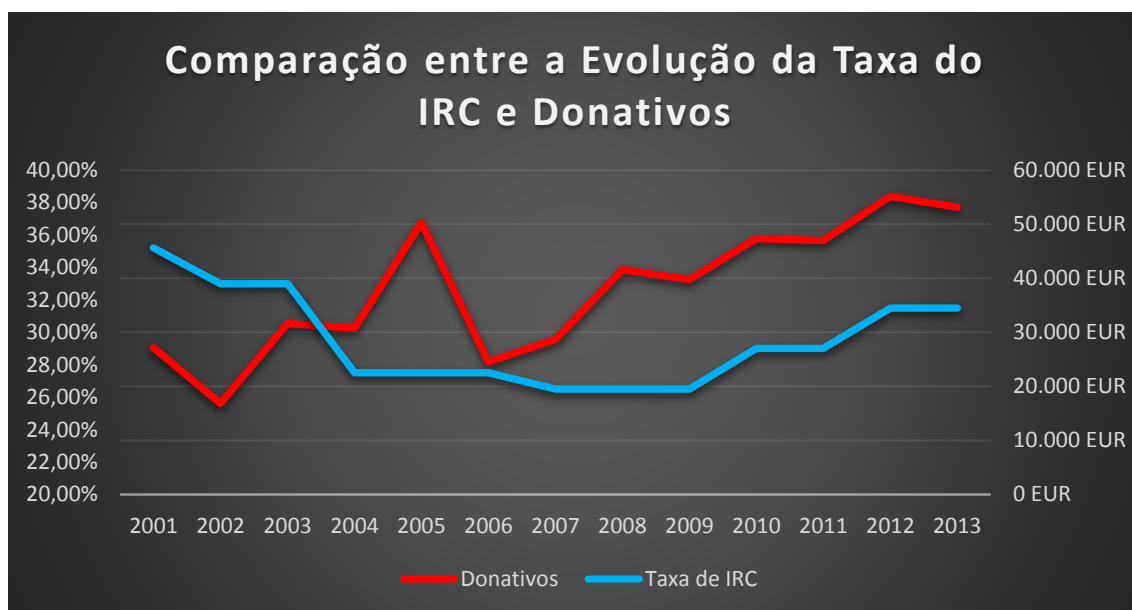
**Fonte: Elaboração Própria, Pordata e Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

Na figura 20 podemos verificar a ligação entre a Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto de Portugal com os donativos efetuados pelas empresas analisadas do PSI-20. Como já foi referido anteriormente, em 2005, a EDP efetuou uma doação à sua recém-criada fundação, Fundação EDP, elevando os donativos a quase 50 milhões de euros. Se retirássemos esse valor elevado teríamos uma estagnação dos donativos para 2005 face a 2004 e em sintonia com 2006.

Poderemos concluir então que quando há um crescimento do Produto Interno Bruto existe um decréscimo dos valores doados à comunidade, sendo que quando o país enfrenta uma crise como a que estamos a experienciar desde 2008, os donativos têm um crescimento constante. Em 2010, como já foi anteriormente indicado, Portugal teve um crescimento não sustentável, fruto de um grande aumento das exportações portuguesas, verificando-se após isso três anos seguidos de crescimento negativo.

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

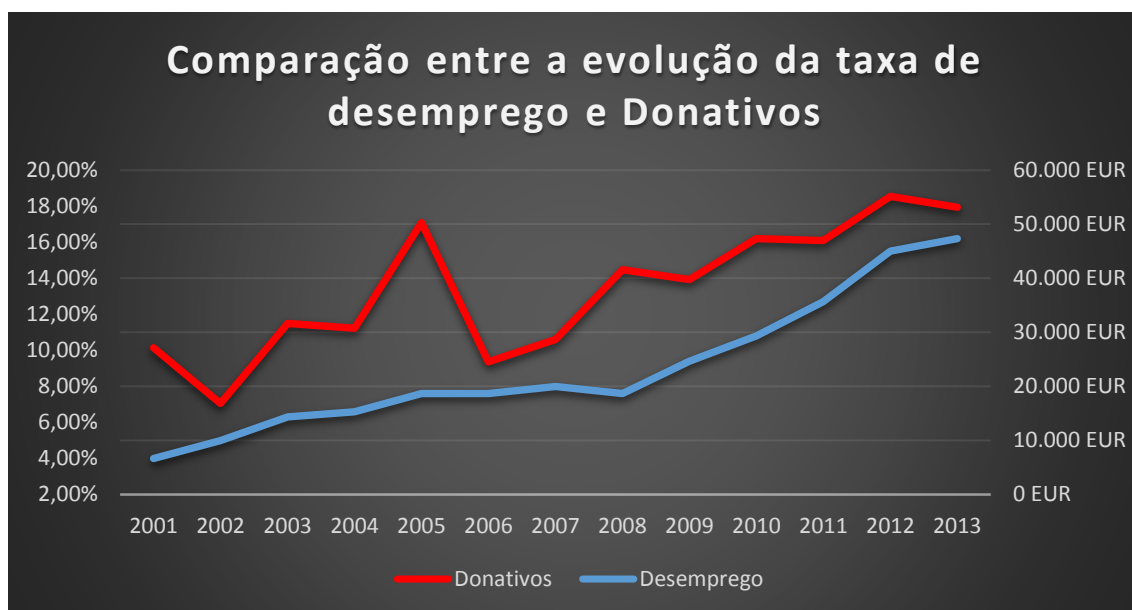
**Figura 21: Comparação entre a evolução da taxa do IRC e donativos das empresas analisadas**



**Fonte: Elaboração Própria, Pordata e Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

O gráfico acima mostra-nos que quando a taxa de IRC desce, como é o caso de 2002 ou 2004, os donativos descem também, sendo que quando eles se mantêm ou sobem, como é o caso do período de 2007 a 2013, os donativos aumentam de valor. A uma primeira análise, podemos dizer que quanto mais os impostos aumentam, mais os donativos aumentam, beneficiando assim fiscalmente. Visto que, como foi explicado anteriormente, o sistema de benefícios fiscais em Portugal é complexo, não podemos dizer com certeza absoluta, mediante os dados disponíveis, que as empresas fazem investimentos na comunidade mediante as taxas de IRC. Para tal, seria necessário verificar valor a valor, os donativos efetuados e em que área eles atuam, pois não são considerados custos de maneira igual.

**Figura 22: Comparação entre a evolução da taxa de desemprego e donativos das empresas analisadas**



**Fonte: Elaboração Própria, Pordata e Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

Neste gráfico podemos verificar que existe uma correlação direta entre o aumento da taxa de desemprego, acentuada após o desencadear da crise mundial, e os donativos efetuados pelas empresas analisadas. Tendo sido já explicado o pico de donativos em 2005, quando o desemprego estabiliza ou cresce de forma pouco acentuada, os donativos vão decrescendo, aumentando quando aumenta de forma mais séria o desemprego em Portugal.

### **5.3. Análise Geográfica dos dados obtidos**

O quadro 3, apresenta-nos os volumes de negócios, os donativos e a relação dos donativos face ao volume de negócio para o período de análise deste estudo, 2001 a 2013, das empresas com sede em Lisboa e no Porto (a Sonae com sede na Maia, encontra-se incorporada na cidade do Porto).

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

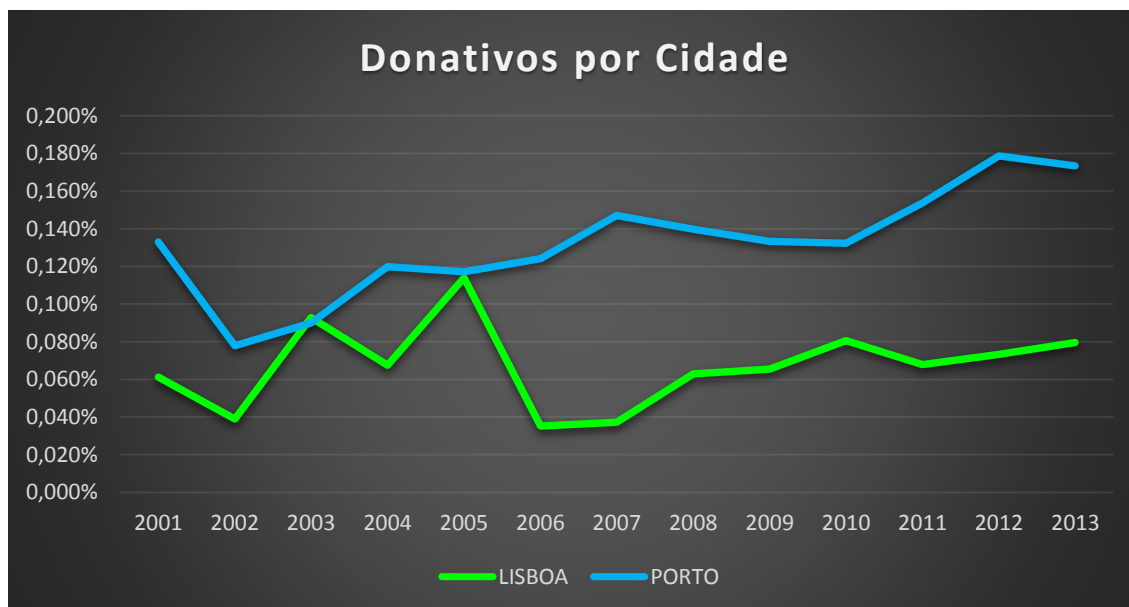
**Quadro 3: Comparação entre cidades que são sede das empresas analisadas**

ANO	LISBOA			PORTO		
	Vol. Negócios	Donativo	% Donativo	Vol. Negócios	Donativo	% Donativo
2001	21.657.057 EUR	13.249 EUR	0,061%	10.452.023 EUR	13.903 EUR	0,133%
2002	22.488.304 EUR	8.754 EUR	0,039%	10.364.770 EUR	8.077 EUR	0,078%
2003	23.702.140 EUR	21.991 EUR	0,093%	10.714.942 EUR	9.635 EUR	0,090%
2004	26.303.204 EUR	17.763 EUR	0,068%	10.854.828 EUR	13.021 EUR	0,120%
2005	31.914.020 EUR	36.381 EUR	0,114%	11.857.063 EUR	13.902 EUR	0,117%
2006	33.901.808 EUR	11.932 EUR	0,035%	10.137.678 EUR	12.587 EUR	0,124%
2007	35.015.590 EUR	13.058 EUR	0,037%	10.626.483 EUR	15.624 EUR	0,147%
2008	40.928.600 EUR	25.729 EUR	0,063%	11.345.800 EUR	15.855 EUR	0,140%
2009	36.716.983 EUR	24.038 EUR	0,065%	11.801.100 EUR	15.737 EUR	0,133%
2010	38.326.042 EUR	30.919 EUR	0,081%	12.422.200 EUR	16.443 EUR	0,132%
2011	44.144.251 EUR	29.972 EUR	0,068%	11.047.800 EUR	16.980 EUR	0,154%
2012	48.336.854 EUR	35.387 EUR	0,073%	11.053.400 EUR	19.759 EUR	0,179%
2013	45.045.290 EUR	35.865 EUR	0,080%	9.952.400 EUR	17.264 EUR	0,173%
<b>TOTAL</b>	<b>448.480.143 EUR</b>	<b>305.038 EUR</b>	<b>0,068%</b>	<b>142.630.487 EUR</b>	<b>188.787 EUR</b>	<b>0,132%</b>

**Fonte: Elaboração Própria, Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

Como podemos verificar no quadro acima representado, as empresas com sede em Lisboa têm um volume de negócios superior ao volume de negócios das empresas sediadas no Porto. Como tal, os seus donativos serão também igualmente superiores. No entanto, como podemos verificar, as empresas sediadas no Porto têm um rácio de donativos face ao Volume de Negócios superior a Lisboa. Vejamos o gráfico.

**Figura 23: Comparação dos donativos das cidades sede das empresas analisadas**



**Fonte: Elaboração Própria, Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

Como se pode verificar as empresas do Porto têm um crescimento sustentado nos seus donativos desde 2002 até 2013 quando comparado com as empresas sediadas na capital.

#### **5.4. Análise Setorial dos dados obtidos**

Será agora efetuado uma análise setorial dos donativos efetuados face aos seus volumes de negócio. Os setores analisados são os setores da Banca, Energia e Telecomunicações.

A banca tem sido o setor que mais tem sofrido face à sua exposição à crise do imobiliário e à crise das dívidas soberanas, principalmente à dívida grega e portuguesa, dois países intervencionados pela *Troika*.

O setor da energia é um grande setor com dois gigantes em Portugal, a Galp Energia e a EDP Energias de Portugal. Com negócios e parcerias em todo o mundo, estas duas empresas são das maiores da bolsa portuguesa e do índice PSI-20.

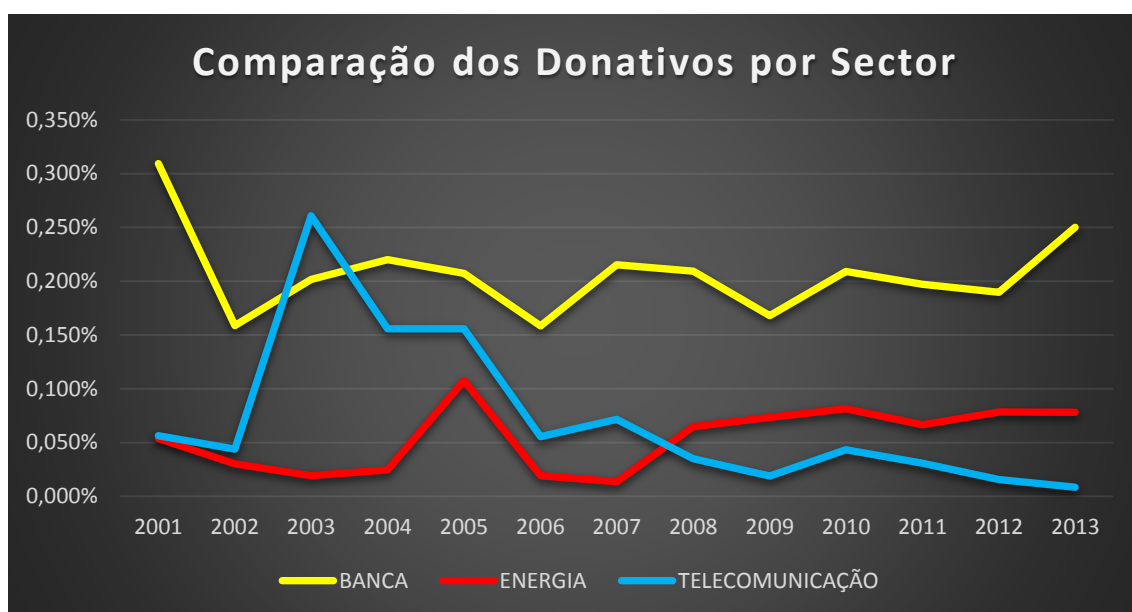
O setor das telecomunicações em Portugal tem sofrido mudanças com a criação

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

de uma grande empresa, a NOS, fruto de uma fusão entre a ZON e a Optimus. A Portugal Telecom é uma das maiores empresas em Portugal, tendo sido há alguns anos atrás alvo de uma reorganização, levando à criação da PT Multimédia, passando a ser conhecida como ZON em 2008.

Verificaremos agora quais dos três setores efetua mais donativos face aos seus volumes de negócios.

**Figura 24: Comparação dos donativos por setor das empresas analisadas**



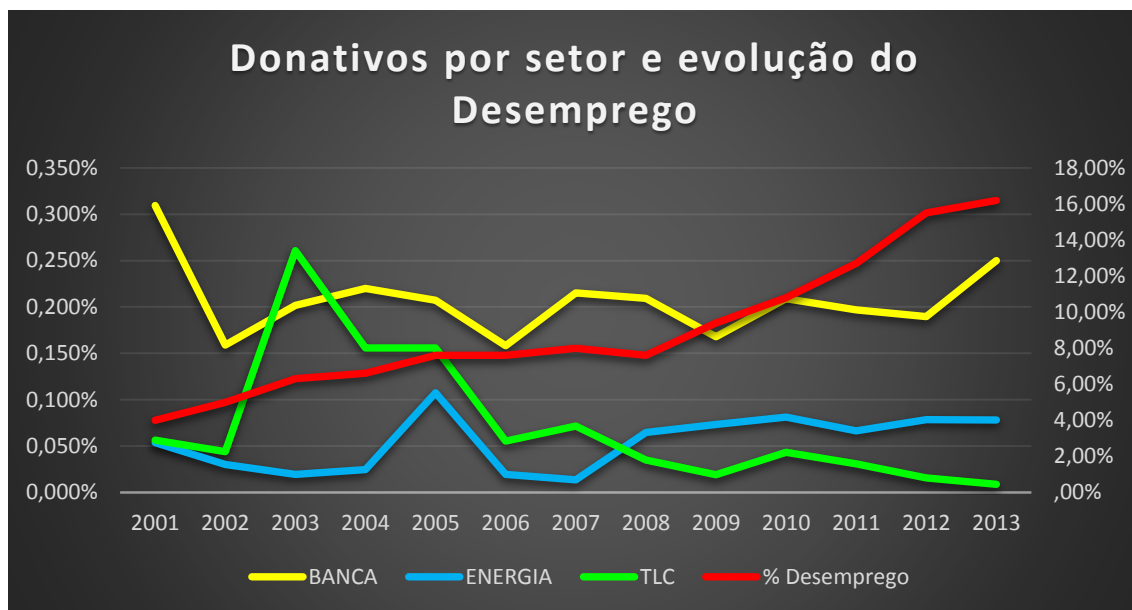
**Fonte: Elaboração Própria, Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

Podemos verificar que a banca é o setor que mais donativos faz em relação ao seu volume de negócios, sendo que atualmente é seguido do setor da energia, sendo que o setor das telecomunicações tem vindo a diminuir os seus donativos à comunidade, desde o ano de 2003.

O setor da energia diminuiu os seus donativos desde 2001 até 2007, aumentando a partir de 2008 até 2013 de modo constante, mas não de maneira acentuada.

O setor das telecomunicações tem vindo a diminuir desde 2003 e 2004 até 2013, sendo neste momento praticamente inferior a 0,08%.

**Figura 25: Comparação dos donativos por setor e da evolução do desemprego**

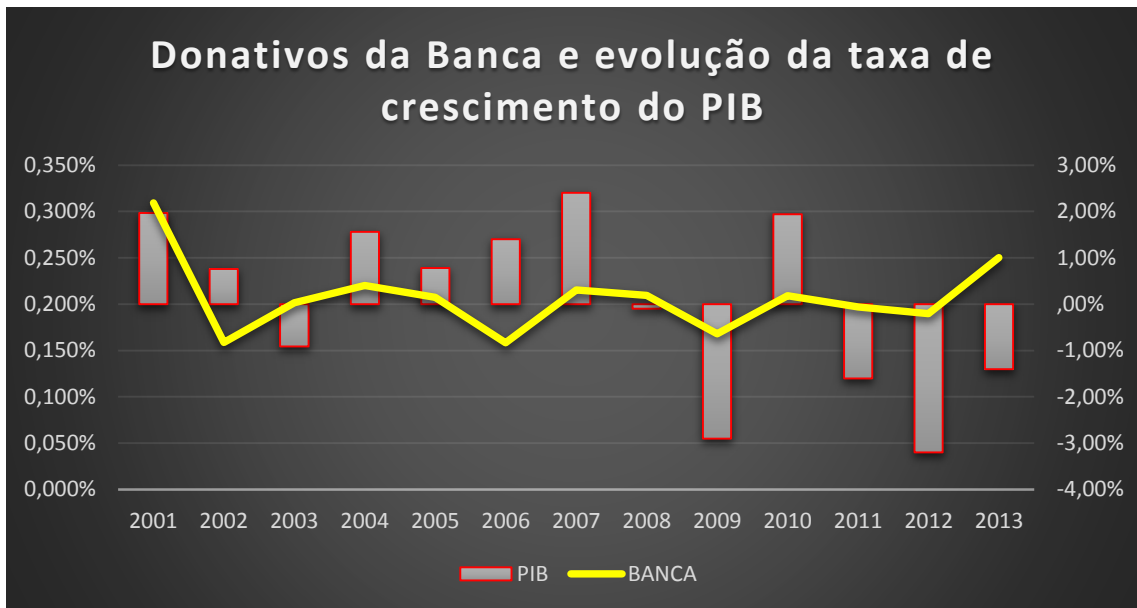


**Fonte: Elaboração Própria, Pordata e Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

Face a um desemprego galopante desde 2008 até aos dias de hoje, os setores analisados, banca, energia e telecomunicações, têm tido evoluções díspares.

O setor da banca tem tido um percurso constante sem nunca se alterar muito de um ano para o outro. Podemos verificar que o setor da energia tem vindo a aumentar apesar de ser de modo fraco. Em contra ciclo o setor das telecomunicações tem vindo a diminuir os seus donativos, podendo dizer que não são influenciados pelo aumento da taxa de desemprego.

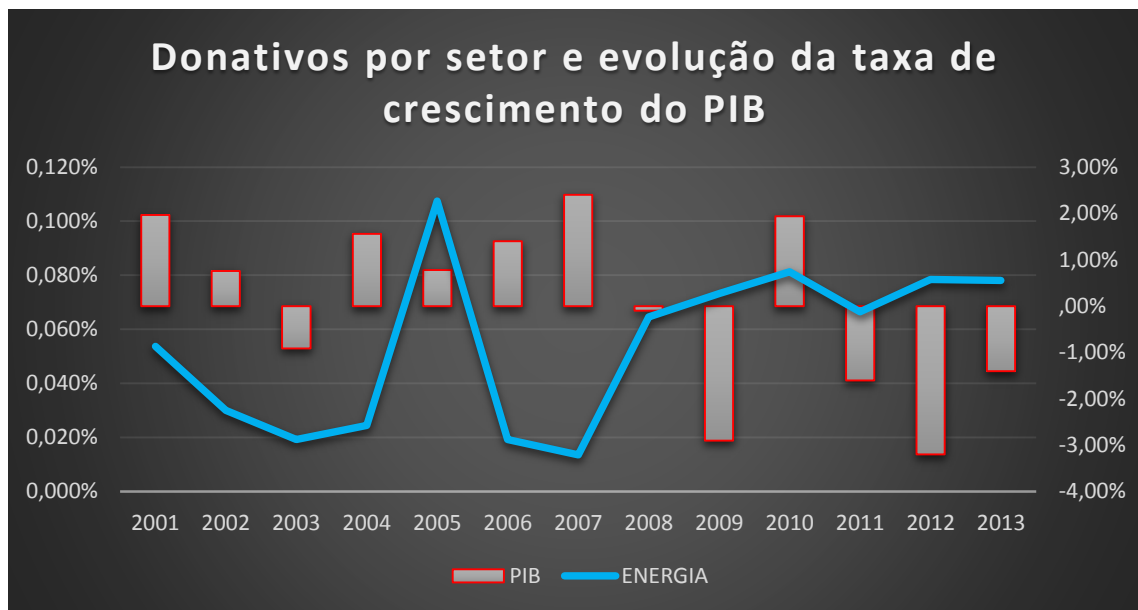
**Figura 26: Comparação dos donativos por setor e da evolução da taxa de crescimento do PIB**



**Fonte: Elaboração Própria, Pordata e Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

Os donativos do setor da banca não têm uma correlação direta com a evolução da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto português. Se em 2002, 2004 até 2006 há um crescimento da economia, existe um decréscimo dos donativos por parte da banca, nos restantes anos essa correlação direta ou indireta deixa de existir de forma tão acentuada.

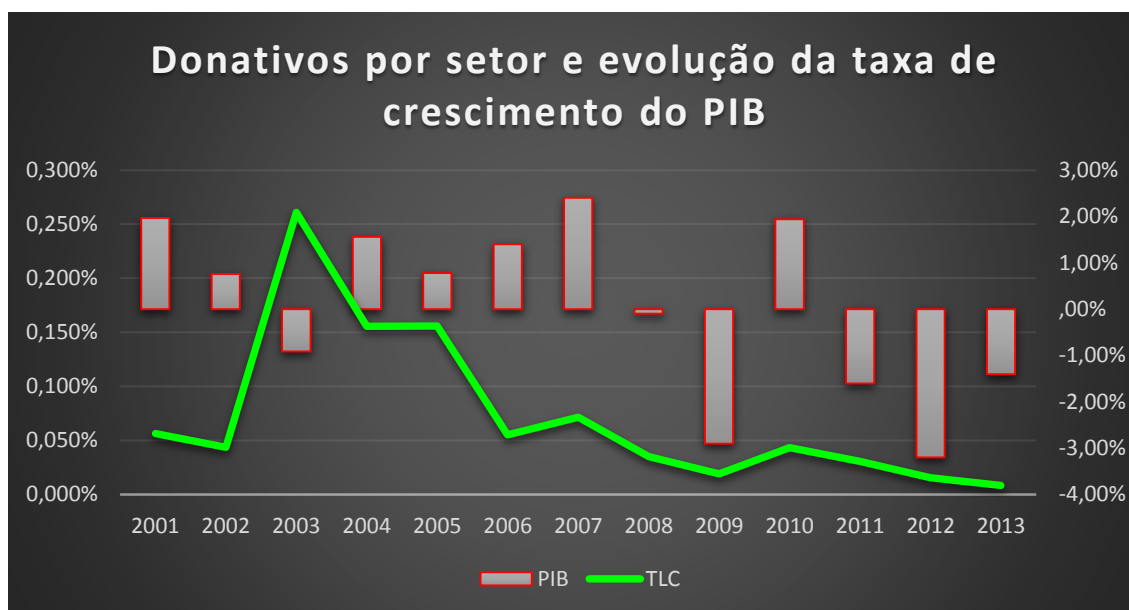
**Figura 27: Comparação dos donativos por setor e da evolução da taxa de crescimento do PIB**



**Fonte: Elaboração Própria, Pordata e Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

Se no setor da banca não existe uma correlação entre os donativos face ao Volume de Negócios e o crescimento da economia, no setor da energia essa correlação parece ser mais visível. Tendo em conta que 2005 foi um ano atípico em termos de doações, os donativos de 2001 até 2007 tinham vindo a ter uma tendência de decréscimo, em relação inversa ao crescimento da economia. A partir de 2008, quando eclodiu a crise financeira, os donativos começaram a aumentar até aos dias de hoje, mesmo quando a economia teve um crescimento em 2010.

**Figura 28: Comparação dos donativos por setor e da evolução da taxa de crescimento do PIB**



**Fonte: Elaboração Própria, Pordata e Relatórios e Contas (2001 a 2013)**

O setor das telecomunicações tem vindo, como já foi dito anteriormente, a ter um decréscimo de ano para ano, não havendo uma correlação entre os donativos e as taxas de crescimento do PIB em Portugal.

### 5.5. Formação Académica dos CEOs

As empresas analisadas têm tido diversos Presidentes das Comissões Executivas ao longo do tempo, sendo que na sua maioria são homens com experiência em outras grandes empresas e com formação em Economia, Gestão, Engenharia, Direito e até alguns sem qualquer formação académica superior, como é o caso do Rodrigo Costa, ex-CEO da ZON, que começou como programador e analista de sistemas no início da sua atividade profissional, como pode ser verificado no quadro apresentado no Anexo 2 na página 71.

Um dos casos mais paradigmáticos é o do CEO do Banco Português de Investimento, Fernando Ulrich, frequentou de 1969 até 1974, o curso de Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia de Lisboa, sendo que começou a sua

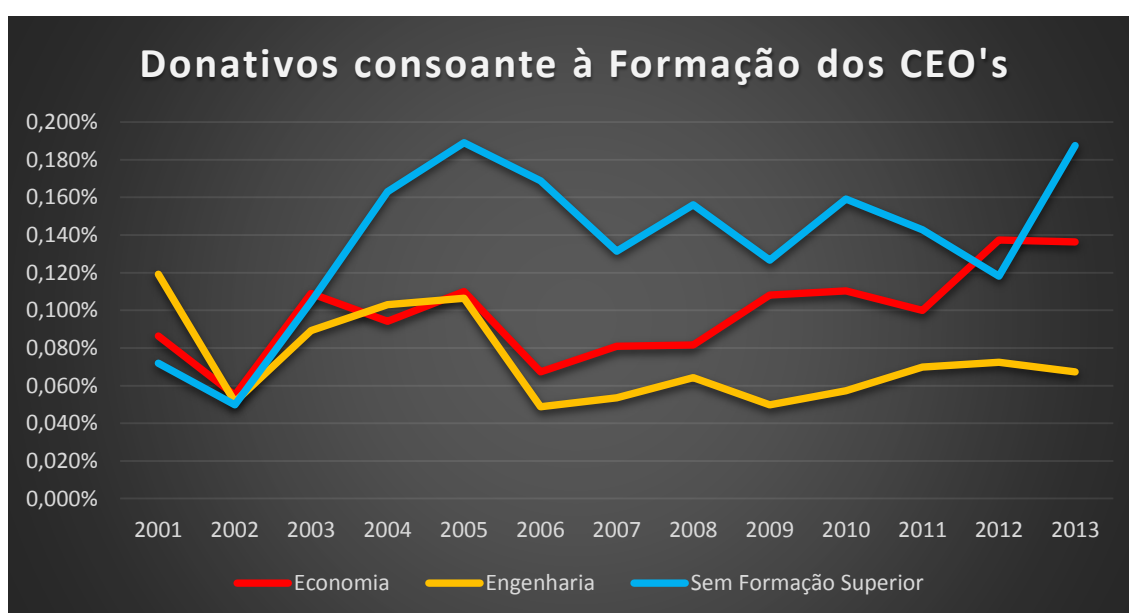
## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

atividade profissional como jornalista no Jornal Expresso.

Outro caso interessante é o do Banco Comercial Português, que durante 2006 e 2011 foi gerido por duas pessoas com formação em Direito, Paulo Teixeira Pinto e Carlos Santos Ferreira.

Será feita uma análise aos donativos efetuados pelos CEO's das empresas analisadas consoante as suas formações académicas.

**Figura 29: Comparação dos donativos por Formação Académica**



**Fonte: Elaboração Própria**

Estes dados foram obtidos através da média dos donativos efetuados pelos CEO's durante um ano, ou seja, durante o ano de 2001 foram verificados todos os donativos efetuados pelas empresas cujos CEO's tinham uma formação em Economia, Engenharia ou sem formação académica.

Vejamos o caso do ano de 2007. A PT, EDP, Portucel e o BES eram empresas geridas por pessoas com formação em economia, sendo que em média doaram 0,081% dos seus volumes de negócios. Este método foi utilizado em todos os anos e para as três áreas de formação académica, Economia, Engenharia e CEO's sem formação académica.

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

Após análise dos dados obtidos podemos verificar que os CEO's sem qualquer tipo de formação superior são mais propensos a efetuar mais doações em relação aos seus volumes de negócios, seguindo-se os licenciados em Economia/Gestão, sendo que no último lugar encontram-se os Engenheiros. No entanto, para uma análise mais profunda seria necessária entrevistar alguns dos CEO's que passaram pelas empresas analisadas durante os anos considerados para saber se tinham influência direta nos donativos que as empresas que geriam faziam.

## 6. Resultados

Os dados analisados e cujos resultados foram explanados no capítulo anterior, não são o espelho total da economia portuguesa e das suas empresas. Como foi dito anteriormente, Portugal tem um tecido empresarial composto na sua esmagadora maioria por empresas de pequena e média dimensão, com um volume de negócios inferior a 2 milhões de euros anuais. Como tal, foram analisadas somente empresas do PSI-20, com sede em Lisboa e no Porto e de setores específicos, como é o da banca, energia, telecomunicações, retalho e pasta e papel, deixando de fora algumas empresas da bolsa portuguesa que poderiam ter sido incluídas neste estudo, pois tendo os seus relatórios e contas são de mais pequena dimensão e de setores que são passíveis de não efetuar donativos à comunidade como as restantes. As empresas escolhidas têm os seus relatórios e contas, desde 2001 até à atualidade, disponíveis à consulta de qualquer pessoa na Comissão de Mercados e Valores Mobiliários e nos seus respetivos sítios na Internet.

No aspeto geográfico foi possível verificar que existem algumas correlações interessantes, como as empresas sediadas no Porto investem mais na comunidade do que as empresas sediadas na capital (Figura 23).

Na componente macroeconómica, um dos resultados mais interessantes que foi possível verificar, é que as empresas tendem a fazer mais doações caso a taxa de desemprego tenda a aumentar (Figura 22). Também podemos verificar que as empresas fazem donativos mediante a evolução das taxa de imposto sobre as empresas, ou seja, se a Taxa do IRC aumenta, tendem a aumentar os donativos e o contrário também se verifica (Figura 21). No que concerne à taxa de crescimento do produto interno bruto português, e como se comportam as empresas no que toca aos donativos, podemos verificar que estes andam em contra ciclo, ou seja, quando a economia tende a abrandar as empresas tendem a aumentar os seus investimentos à comunidade, sendo que em períodos de prosperidade esses mesmos investimentos têm uma tendência a diminuir (Figura 20).

Numa análise setorial (Figura 24) verificamos que a banca, apesar dos seus problemas devido à crise financeira mundial tem um rácio donativos / volume de negócios superior aos outros dois setores analisados, sendo que o setor das telecomunicações tem vindo a diminuir os seus esforços nos investimentos à comunidade, muito devido à

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

criação da Fundação PT, da Portugal Telecom, que angaria fundos através do mecenato privado.

Numa das análises mais pertinentes, a formação académica dos CEO's das empresas analisadas (Figura 29), foi possível verificar que os Presidentes das Comissões Executivas sem formação académica superior têm mais tendência a efetuar donativos, através das empresas que lideram, que os seus parceiros com formação em Economia e Engenharia. No entanto, esta análise peca por deficiente, pois em muitas empresas quem decide o que doar e em que setores da sociedade doar, seja em Cultura, Educação ou Ambiente, poderá ser o Departamento de Responsabilidade Social ou outros Departamentos. Como tal, só uma análise mais aprofundada de cada empresa é que nos poderia dar um retrato mais fiel de como são feitos os donativos das grandes empresas em Portugal.

## 7. Conclusões

Este estudo foi efetuado através dos dados recolhidos em onze empresas do principal índice da bolsa portuguesa, com base nos relatórios e contas anuais durante um período de treze anos. No entanto, por haver um grupo de análise tão pequeno e pouco representativo do tecido empresarial português, não podemos tirar conclusões consentâneas com a realidade do nosso país. Para tal acontecer seria necessário efetuar um estudo mais abrangente, em todas as 58 empresas com cotação na bolsa portuguesa e outras grandes empresas sem representação em bolsa e de diversos pontos do país, de Norte a Sul e passando pelas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Seria necessário efetuar entrevistas, se possível, com os responsáveis pelas políticas de responsabilidade social das empresas, sejam eles os próprios CEO's, responsáveis dos departamentos de responsabilidade social, ou mesmo dos departamentos de recursos humanos de algumas empresas de menor expressão em que tal aconteça.

O espaço temporal de treze anos traria um desafio ainda maior, pois nem em todas as empresas os responsáveis por essas políticas de responsabilidade social são os mesmos, havendo como em qualquer empresa, reestruturações seja ao nível de colaboradores, seja ao nível das estruturas que se ocupam dessas políticas.

No entanto, o maior obstáculo é a complexidade do nosso sistema tributário onde donativos efetuados em valores iguais para áreas completamente diferente como a saúde, cultura ou desporto, não são considerados na mesma proporção aos olhos do Estatuto de Benefícios Fiscais. Como tal, seria necessário efetuar uma análise contabilista às rubricas dos donativos das empresas e verificar qual o peso dos donativos efetuados área a área de atuação para podermos retirar conclusões se as empresas fazem esses donativos com uma consciência de investir na comunidade, se o fazem simplesmente para obter os benefícios fiscais ou se o fazem por uma questão de imagem e marketing para com a sociedade em que estão inseridos.

Sendo uma área de interesse, é um estudo que para ser mais completo será necessário mais dados, como o acesso à contabilidade das empresas para verificar as áreas e os valores que são disponibilizados para a sociedade. Outro método que obtenção de

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

dados será a condução de entrevistas com os responsáveis pelo direcionamento dos donativos efetuados. Esses dados, no seu conjunto, dar-nos-ia um espelho mais exato sobre os setores e em as atividades em que as empresas analisadas atuam. Seria também interessante verificar através dos dados contabilísticos se as empresas efetuam donativos de forma a obter mais benefícios fiscais, se são efetuados de modo a obter mais reconhecimento por parte da sociedade ou se o fazem de modo altruísta. Isso seria possível analisar através dos benefícios fiscais obtidos e as áreas em que atuam, já que donativos na saúde ou nas artes não beneficiam do mesmo tipo de majoração, como foi demonstrado nesta dissertação. Neste estudo não foram aprofundadas essas vertentes, pois seria necessário dados contabilísticos que as empresas consideram sensíveis e por vezes confidenciais. Seria igualmente interessante efetuar as entrevistas que foram referidas. Tal não foi feito, pois seria necessário tempo, disponibilidade e apoios que não nos foram possíveis neste momento.

## Referências Bibliográficas

Abreu, R.; David, F.; Augusto, L. (2012). *Avaliação das Fundações em Portugal: Passado, Presente e Futuro*, Instituto Politécnico da Guarda, <http://www.otoc.pt/news/comcontabaudit/pdf/121.pdf>

Adam T. (ed.) (2004). *Philanthropy, Patronage and Civil Society. Experiences from Germany, Great Britain, and North America*. Bloomington: Indiana University Press.

Aguilera, R., Rupp, D.E., Williams, C.A. and Ganapathi, J. (2007), “Putting the S back in corporate social responsibility: a multilevel theory of social change in organizations”, *Academy of Management Review*, Vol. 32 No. 3, pp. 836-863.

Arum, R., (1996). Do private schools force public schools to compete? *American Sociological Review* 61, 29–46

Bolsa de Lisboa (2014), <http://www.bolsadelisboa.com.pt/cotacoes/accoes-lisboa>, acessado 30 de Junho de 2014.

Burt, R. (1983a). Corporate philanthropy as a cooptive relation. *Social Forces* 62 (2), 419–449

Burt, R. (1983b). *Corporate profits and cooptation: networks of market constraints and directorate ties in the american economy*. Academic Press, New York.

Carregueiro, N. (2015). “Três grandes” têm o “rating” de Portugal a um nível de “lixo”. *Jornal de Negócios*, 21 de setembro 2015.

Castelo Branco, M. (2014). “Comportamento Fiscal e Responsabilidade Social das Empresas.” *Investigação – Trabalho em Curso*, Nº 31, Faculdade de Economia do Porto.

Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013), *Relatório e Contas Consolidadas do*

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

Banco Comercial Português. Disponível em: <http://www.cmvm.pt> Acedido em 10.04.2014

Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013), Relatório e Contas Consolidadas do Banco Espírito Santo. Disponível em: <http://www.cmvm.pt> Acedido em 10.04.2014

Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013), Relatório e Contas Consolidadas do Banco Português de Investimento. Disponível em: <http://www.cmvm.pt> Acedido em 10.04.2014

Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013), Relatório e Contas Consolidadas da EDP. Disponível em: <http://www.cmvm.pt> Acedido em 10.04.2014

Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (2013), Relatório e Contas Consolidadas do Futebol Clube do Porto – Futebol, SAD. Disponível em: <http://www.cmvm.pt> Acedido em 10.04.2014

Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013), Relatório e Contas Consolidadas da GALP. Disponível em: <http://www.cmvm.pt> Acedido em 10.04.2014

Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013), Relatório e Contas Consolidadas da Mota-Engil. Disponível em: <http://www.cmvm.pt> Acedido em 10.04.2014

Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013), Relatório e Contas Consolidadas da Portucel. Disponível em: <http://www.cmvm.pt> Acedido em 10.04.2014

Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013), Relatório e Contas Consolidadas da Portugal Telecom. Disponível em: <http://www.cmvm.pt> Acedido em 10.04.2014

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013), Relatório e Contas Consolidadas da Semapa. Disponível em: <http://www.cmvm.pt> Acedido em 10.04.2014

Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013), Relatório e Contas Consolidadas da SONAE, SGPS. Disponível em: <http://www.cmvm.pt> Acedido em 10.04.2014

Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (2013), Relatório e Contas Consolidadas do Sport Lisboa e Benfica – Futebol, SAD. Disponível em: <http://www.cmvm.pt> Acedido em 10.04.2014

Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (2013), Relatório e Contas Consolidadas do Sporting Clube de Portugal – Futebol, SAD. Disponível em: <http://www.cmvm.pt> Acedido em 10.04.2014

Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013), Relatório e Contas Consolidadas da ZON Multimédia. Disponível em: <http://www.cmvm.pt> Acedido em 10.04.2014

Comissão para a Reforma do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (2013), Uma Reforma do IRC orientada para a Competitividade, o Crescimento e o Emprego (2013). Disponível em: [www.otoc.pt/fotos/editor2/relatorioirc.pdf](http://www.otoc.pt/fotos/editor2/relatorioirc.pdf), acedida em 27 de Junho de 2014.

Comissão Europeia (2001). Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Livro Verde. Bruxelas (COM-2001-366).

Comissão Europeia (2011), “Livro Verde. Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas”, Comissão das Comunidades Europeias, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0681:FIN:EN:PDF>, acedido em 22 de Setembro de 2015.

Constituição da República Portuguesa (2005), retido no site da Assembleia da

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

República,

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>, em 13 de Setembro de 2015.

de Swaan A. (1988). *In Care of the State: Health Care, Education and Welfare in Europe and the USA in the Modern Era*. Cambridge: Polity Press.

Diário de Notícias (18 de Dezembro de 2012), “António Lobo Xavier lidera comissão para a reforma do IRC.” Disponível em: [http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content\\_id=2953547](http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content_id=2953547), acedido em 23 de Maio 2014

Estatuto Benefícios Fiscais (2013), retido do site Portal das Finanças, <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/> em 22.05.2014

Expresso (26 de Agosto de 2013), “Aprovada fusão da Zon com a Optimus”, Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/aprovada-fusao-da-zon-com-a-optimus=f827481>, acedido em 12 de Junho de 2014.

Ferrera, M.; Hemerijck, A.; Rhodes, M. (2000). *O futuro da Europa Social. Repensar o trabalho e a protecção social na nova economia*. Oeiras: Celta Editora.

Friedman, M. (1970). “The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits”. *New Yor Times*.

Fry, L. W., Keim, G., Meiners, R. (1982). Corporate contributions: altruistic or for-profit? *The Academy of Management Journal* 25 (1), 94-106.

Gabinete de Estatísticas da União Europeia: Luxemburgo (2013), “Euro area unemployment rate at 12.1%”, [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_PUBLIC/3-08012014-BP/EN/3-08012014-BP-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/3-08012014-BP/EN/3-08012014-BP-EN.PDF).

Galaskiewicz, J. (1989). Corporate contributions to charity: nothing more than a marketing strategy? In: Magat, Richard (Ed.), *Philanthropic Giving: Studies in Varieties and Goals*. Oxford University Press, New York, pp. 246–260.

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

Galaskiewicz, J. (1997). An urban grants economy revisited: corporate charitable contributions in the Twin Cities, 1979–1981, 1987–89. *Administrative Science Quarterly* 42, 445–471.

Giving in the Netherlands (Geven in Nederland) (2009) The Hague: Reed Elsevier.

Guthrie, D., Arum, R., Roska, J. e Damaske, S. (2007), Giving to local schools: Corporate philanthropy, tax incentives, and the ecology of need, New York e Charlottesville, Elsevier.

Huseynov, F. e Klamm, B. K. (2012). Tax Avoidance, tax management and corporate social responsibility. *Journal of Corporate Finance*, 18, 804-827.

Informa D&B (2013), “Tecido Empresarial em Portugal 2012”, [https://www.informadb.pt/biblioteca/ficheiros/22\\_Tecido\\_empresarial\\_em%20Portugal\\_2012.pdf](https://www.informadb.pt/biblioteca/ficheiros/22_Tecido_empresarial_em%20Portugal_2012.pdf), acessado em 25 de Setembro de 2014.

Instituto Nacional de Estatística (2013), “Como se calcula o PIB”.

Jornal de Notícias (26 de Julho de 2013), “Comissão para a reforma do IRC quer descida para 19% em cinco anos.”. Disponível em: [http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content\\_id=3344069](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=3344069), acessado a 24 Maio 2014

Jornal de Negócios (3 de Maio de 2011), “Discurso de Sócrates a anunciar acordo com a Troika.”. Disponível em: [http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/discurso\\_de\\_soacutecrates\\_a\\_anunciar\\_acordo\\_com\\_troika.html](http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/discurso_de_soacutecrates_a_anunciar_acordo_com_troika.html) , acessado a 24 Maio 2014.

Jornal de Negócios (2014), “Portugal e as agências de rating desde 2010.”. Disponível em: [http://www.jornaldenegocios.pt/multimedia/infografias/detalhe/a\\_evolucao\\_do\\_rating\\_de\\_portugal\\_desde\\_2010.html](http://www.jornaldenegocios.pt/multimedia/infografias/detalhe/a_evolucao_do_rating_de_portugal_desde_2010.html), acessado a 26 de Maio 2014

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

Lanis, R. e Richardson, G. (2012). Corporate social responsibility and tax aggressiveness: An empirical analysis. *Journal of Accounting and Public Policy*, 31, 86-108.

Lanis, R. e Richardson, G. (2014). Is Corporate Social responsibility Performance Associated with Tax Avoidance? *Journal of Business Ethics*.

Marques, M. J., (2014). Perceção dos consumidores acerca da responsabilidade social empresarial: O caso da Fundação Infantil Ronald McDonald. Dissertação de Tese. Faculdade de Economia da Universidade do Porto. 2014.

Muller, A. e Kolk, A. (2012). Responsible Tax as Corporate Social Responsibility: The Case of Multinational Enterprises and Effective Tax in India. *Business and Society*, Forthcoming.

Navarro, P., (1988). Why do corporations give to charity? *The Journal of Business* 61 (1), 65-93

Neves, J. and Bento, L. (2005), “Traditional values and the pressures of transformation”, in Habisch, A., Jonker, J., Wegner, M. and Schmidpeter, R. (Eds), *Corporate Social Responsibility Across Europe*, Springer, New York, NY.

Neves, R. J. (2011). A evasão fiscal das empresas em Portugal, Efeitos reflexos na Tributação de IRC. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Ofício-circulado n.º. 20165/2013. Processo 401/2013, de 5 de Março de 2013.

Paixão, M. T. (1998). Economia social e criação de emprego. *Sociedade e Trabalho*, 2, 14-21.

Payton, R. (1988). *Philanthropy: Voluntary Action for the Public Good*. New York: Macmillan.

Piliavin, J. A., Charng, Hong-Wen, (1990). Altruism: a review of recent theory and research. *Annual Review of Sociology* 16, 27–65

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

Pinto, G.R. (2004), *Corporate Social Responsibility: State of the Art in Portugal 2004*, CECOIA - Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins, Lisbon.

Pordata, Base de Dados de Portugal Contemporâneo (2014), “Taxa de Crescimento (%) do PIB e PIB per capita a preços constantes (Base = 2006) em Portugal”, [http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+crescimento+\(percentagem\)+do+PIB+e+PIB+per+capita+a+precos+constantes+\(base+2006\)-883](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+crescimento+(percentagem)+do+PIB+e+PIB+per+capita+a+precos+constantes+(base+2006)-883), acedido em 22 Abril de 2014.

Pordata, Base de Dados de Portugal Contemporâneo (2014), “Taxa de Desemprego: total e por sexo (%) (R) em Portugal”, [http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)+\(R\)-550](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)+(R)-550), acedido em 22 de Abril 2014.

Porter, M.; Kramer, M. (2012). “The competitive advantage of corporate philanthropy”, *Harvard Business Review*, Dez., pp. 1–3

Pratas, A. (2009). *Dicionário Jurídico: Volume I*. Lisboa: Almedina.

Preuss, L. (2010). Tax avoidance and corporate social responsibility: You can't do both, or can you? *Corporate Governance*, 10, 365–374.

Preuss, L. (2012). Responsibility in paradise? The adoption of CSR tools by companies domiciled in tax havens. *Journal of Business Ethics*, 110 (1), 1-14.

Proença, J., Castelo Branco, M. (2014). Corporate social responsibility practices and motivation in a peripheral country: two Portuguese illustrative cases. *Corporate Governance*. Vol. 14 No 2 2014, pp. 252–264.

SALAMON, L. M. & ANHEIER, H. K. (1997). *Defining the nonprofit sector: A crossnational analysis*. Manchester: Manchester University Press.

Santos, B., Ferreira, S. (2001). “A reforma do Estado-providência entre globalizações conflituantes”. In P. Hespanha e G. Carapinheiro (eds.), *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social Recuar Mais?*, Porto, Afrontamento, pp. 177-225.

Schuyt, T. (2010). *Philanthropy in European welfare states: a challenging*

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

---

promise?, *International Review of Administrative Sciences*.

Secretaria de Estado da Administração Pública (SEAP, 2012). *Relatório de Avaliação das Fundações*. Lisboa: SEAP.

Silva, I., Cardoso, M., Santos, M. (2014). “Responsabilidade Social | Fundações”, Faculdade de Economia do Porto.

Rocha, I. (2012), “O novo regime jurídico das fundações – alterações ao Código Civil e prazo de adaptação para as fundações já existentes.”, <http://www.portoeditora.pt/sites/novo-regime-juridico-das-fundacoes>, acessado em 28 de Setembro de 2015.

Ramos, M. C. (2007). Aprendizagem ao longo da vida. Instrumento de empregabilidade e integração social. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. ano 41 – 3, número especial, 299-333.

Ramos, M. C. (2011). Economia solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social. *Laboreal*, 7, (1), 81-104.

Regulamento (CE) nº 2223/96, de 25 de Junho, *Jornal Oficial* nº L 310 de 30/11/1996.

Semanário Sol (10 de Agosto de 2014), “Banco de Portugal diz que intervenção no BES era ‘inadiável’”. Disponível em: <http://www.sol.pt/noticia/112187>, acessado a 20 de Setembro 2014.

Sindicato dos Bancários do Centro (2012), “Perda de 65% na dívida grega agrava prejuízos da banca”, <http://conteudos.sibace.pt/noticias/pdfs/201202020.pdf>, acessado em 18 de Agosto de 2014.

Van Leeuwen MHD (2000) *The Logic of Charity*. London: Macmillan.

## ANEXOS

### Anexo 1 – Volume de Negócios e Donativos efetuados pelas empresas analisadas de 2001 a 2013

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Banco Comercial Português</b>													
<b>Volume de Negócios</b>	2.417.000	2.462.000	2.675.000	2.242.400	2.402.900	2.874.700	2.791.900	2.602.000	2.522.300	2.902.400	2.310.700	2.101.400	1.769.300
<b>Donativos</b>	9.364	3.241	5.272	5.723	5.118	3.200	5.600	3.900	2.400	3.800	3.200	3.400	3.200
<b>Banco Espírito Santo</b>													
<b>Volume de Negócios</b>	1.227.000	1.354.000	1.432.200	1.431.000	1.537.700	1.704.800	2.001.200	1.888.100	2.449.400	2.403.800	1.950.200	2.578.400	1.899.800
<b>Donativos</b>	2.151	1.225	1.491	2.358	1.944	2.647	4.000	3.200	4.000	4.800	3.300	4.100	4.000
<b>Banco Português de Investimento</b>													
<b>Volume de Negócios</b>	780.300	751.000	774.900	809.800	898.800	1.018.100	1.215.500	1.181.800	1.164.800	1.098.800	1.020.100	1.330.000	1.048.100
<b>Donativos</b>	2.170	2.784	3.077	1.786	2.969	3.013	3.335	4.776	3.901	4.786	3.900	3.900	4.600
<b>EDP - Energias de Portugal</b>													
<b>Volume de Negócios</b>	5.650.374	6.386.558	6.977.520	7.310.688	9.677.024	10.349.826	11.010.800	13.894.000	12.198.183	14.170.742	15.120.851	16.339.854	16.103.190
<b>Donativos</b>	1.296	1.662	1.500	2.222	20.000	1.430	2.393	12.589	16.770	20.918	19.975	20.624	21.947
<b>GALP Energia</b>													
<b>Volume de Negócios</b>	6.880.138	6.911.175	7.413.548	9.258.519	11.126.563	12.210.000	12.557.000	15.062.000	11.960.000	14.064.000	16.804.000	18.507.000	19.620.000
<b>Donativos</b>	5.433	2.333	1.267	1.836	2.360	2.900	792	6.100	933	2.018	3.178	7.410	5.939

Valores em milhares de euros

Fonte: Elaboração Própria, Relatórios e Contas das Empresas Analisadas

## FILANTROPIA EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Mota-Engil</b>													
<b>Volume de Negócios</b>	868.840	876.107	1.005.327	1.168.635	1.381.000	1.308.233	1.401.899	1.869.000	2.131.000	2.005.000	2.176.000	2.243.000	2.314.000
<b>Donativos</b>	329	344	322	785	495	693	497	706	2.213	1.192	1.194	3.811	1.672
<b>Portucel</b>													
<b>Volume de Negócios</b>	1.049.000	1.085.604	1.000.618	980.939	1.029.100	1.080.700	1.147.400	1.131.900	1.095.300	1.385.000	1.487.900	1.501.600	1.530.600
<b>Donativos</b>	430	548	447	296	423	429	361	327	307	480	650	1.049	1.247
<b>Portugal Telecom</b>													
<b>Volume de Negócios</b>	5.725.915	5.583.496	5.776.111	6.023.341	6.385.418	6.342.947	6.148.409	6.734.300	6.784.700	3.742.300	6.146.800	6.598.800	2.911.200
<b>Donativos</b>	2.856	2.518	15.613	9.766	10.373	3.855	4.346	2.609	1.410	2.000	2.100	1.100	300
<b>Semapa</b>													
<b>Volume de Negócios</b>	500.603	491.060	417.821	699.960	1.529.715	1.547.035	1.435.123	1.441.700	1.416.400	1.688.200	1.779.700	1.952.600	1.990.500
<b>Donativos</b>	360	245	437	740	731	647	611	883	586	703	718	1.035	2.400
<b>SONAE</b>													
<b>Volume de Negócios</b>	6.385.883	6.275.663	6.259.715	6.633.993	7.174.363	4.936.645	5.217.184	5.693.000	5.983.000	6.416.000	5.541.000	5.379.000	4.821.000
<b>Donativos</b>	2.040	1.708	964	4.727	5.320	5.681	6.192	6.473	7.223	6.665	8.686	8.648	7.792
<b>ZON</b>													
<b>Volume de Negócios</b>	624.027	676.411	684.322	598.757	628.500	666.500	715.658	776.600	813.000	872.000	854.800	858.600	990.000
<b>Donativos</b>	723	223	1.236	545	550	24	555	21	32	0	51	69	32

Valores em milhares de euros

Fonte: Elaboração Própria, Relatórios e Contas das Empresas Analisadas

**Anexo 2 – Formação académica dos CEO’s das empresas analisadas entre 2001 e 2013**

ANO	PT	ZON	Sonae	Semapa	EDP	GALP	Portucel	Mota Engil	BCP	BPI	BES
2001	Economia	Engenharia	Engenharia	Sem Formação	Engenharia	Economia	Economia	Engenharia	Engenharia	Direito	Economia
2002	Economia	Engenharia	Engenharia	Sem Formação	Engenharia	Economia	Economia	Engenharia	Engenharia	Direito	Economia
2003	Economia	Engenharia	Engenharia	Sem Formação	Engenharia	Economia	Economia	Engenharia	Engenharia	Direito	Economia
2004	Economia	Engenharia	Engenharia	Sem Formação	Engenharia	Economia	Economia	Engenharia	Engenharia	Sem Formação	Economia
2005	Economia	Engenharia	Engenharia	Sem Formação	Engenharia	Engenharia	Economia	Engenharia	Engenharia	Sem Formação	Economia
2006	Economia	Engenharia	Engenharia	Sem Formação	Economia	Engenharia	Economia	Engenharia	Direito	Sem Formação	Economia
2007	Economia	Sem Formação	Engenharia	Sem Formação	Economia	Engenharia	Economia	Engenharia	Direito	Sem Formação	Economia
2008	Engenharia	Sem Formação	Engenharia	Sem Formação	Economia	Engenharia	Economia	Gestão	Direito	Sem Formação	Economia
2009	Engenharia	Sem Formação	Engenharia	Sem Formação	Economia	Engenharia	Economia	Gestão	Direito	Sem Formação	Economia
2010	Engenharia	Sem Formação	Engenharia	Sem Formação	Economia	Engenharia	Economia	Gestão	Direito	Sem Formação	Economia
2011	Engenharia	Sem Formação	Engenharia	Sem Formação	Economia	Engenharia	Economia	Gestão	Direito	Sem Formação	Economia
2012	Engenharia	Sem Formação	Engenharia	Sem Formação	Economia	Engenharia	Economia	Gestão	Gestão	Sem Formação	Economia
2013	Engenharia	Sem Formação	Engenharia	Sem Formação	Economia	Engenharia	Economia	Gestão	Gestão	Sem Formação	Economia

Fonte: Elaboração Própria. Relatórios e Contas das Empresas analisadas.